

revista

o pensador

ISSN 2763-7271

Nº 14/2026

ACADEMIA CAMPINENSE MAÇÔNICA DE LETRAS

ENTREVISTA

JOSÉ PELLEGRINO NETO

p. 35



DESTAQUES

*A cabeça bem-feita
do Maçom* **p11**

*O último encanto
de Mario Name* **p16**

*A Maçonaria
através dos Ritos* **p31**

OUTUBRO 2026



Presidente

José Pellegrino Neto

1º Vice-Presidente

Marcelo Chaim Chohfi

2º Vice-Presidente

Plínio Escher Junior

1º Secretário

Frederico Gonçalves Costa

2º Secretário

Getúlio Canuto Vieira

1º Tesoureiro

Cesarino Carvalho Junior

2º Tesoureiro

José Pires da Cunha

Mestre do Cerimonial

Aléssio Biondo Junior

Chanceler

Wagner Luiz Lataro

Hospitaleiro

Francisco Lientur Millanao Muñoz

Conselho Fiscal

Antonio Alberto Pereira (titular)

Marco Antonio Fiori Scarparo (titular)

Paulo José Pereira Curado (titular)

Ivan de Paula Rigoletto (suplente)

Paulo Roberto Valente (suplente)

Revista O Pensador

Conselho Editorial

Rubens Pantano Filho (Editor responsável)

Eduardo Ribeiro de Oliveira

José Pellegrino Neto

Rodrigo Pires da Cunha Boldrini

Revisão

Rubens Pantano Filho

Imagem da Capa

Fonte: Castelo de Rosenau,

Museu Austríaco da Maçonaria: Sala 4.

Disponível em: commons.wikimedia.org

Projeto Gráfico

Rodrigo Angelotti dos Santos

rodrigo.angelotti@hotmail.com

Diagramação e publicação

Jean-Frédéric Pluvineage • Editora FoxTablet

jean@foxtablet.com.br

www.foxtablet.com.br

ISSN 2763-7271

Academia Campinense maçônica de Letras

Rua Marechal Deodoro, nº 525 – Centro

Campinas - SP – CEP: 13010-300

Tel.: (19) 3231-4887

E-mail: acmaconicalettras@gmail.com

As colaborações são solicitadas.

Os artigos refletem exclusivamente às opiniões dos autores, sendo eles também responsáveis pela exatidão das citações e referências bibliográficas de seus textos.

EDITORIAL

Palavras e Símbolos em Diálogo

Chegar à 14ª edição da revista *O Pensador* é reafirmar o compromisso com a busca incessante do conhecimento, com o livre pensar e com a preservação da memória intelectual e histórica de nossa instituição. Como editor responsável, é um privilégio apresentar ao leitor um volume que sintetiza com rara beleza a maturidade do nosso sodalício.

Nesta edição, reunimos ensaios vibrantes que convidam à meditação profunda. Rubens Pantano Filho nos conduz a uma poética e alegórica reflexão ao dar voz às ferramentas do Templo em *O Concílio dos Símbolos*. Cícero Barbosa dos Santos nos alerta sobre as armadilhas da “ignorância funcional” e a clausura das certezas em tempos de polarização. Marcelo Chaim Chohfi busca em Edgar Morin as bases para a “cabeça bem-feita” do maçom, propondo um humanismo complexo e integrador. Newton Agrella resgata a natureza viva do espírito crítico, lembrando que a Maçonaria repudia dogmas inquestionáveis. Frederico Gonçalves Costa propõe ampliar nossos horizontes além das fronteiras estritas de cada Rito, enquanto Cesarino Carvalho Junior reflete criticamente sobre a tolerância e

a conduta fraterna. Em emocionante registro afetivo e histórico, José Pellegrino Neto celebra a memória do nosso fundador, Mário Name, e as lições do seu *Encantos da Maçonaria*. Complementando as artigos, Paulo José Pereira Curado promove um brilhante diálogo atemporal com Quintino Bocaiúva.

O grande diferencial desta edição, contudo, é a celebração do talento e da criatividade que floresceram na *1ª Bienal Mario Name*. Temos a honra de integrar às nossas páginas os nove trabalhos premiados e classificados nas categorias de *Poesia*, *Ensaio* e *Crônicas/Contos*. A inclusão dessas obras não apenas homenageia o legado do nosso eterno Patrono, mas também abre espaço para a diversidade de vozes e para a sensibilidade literária que pulsa em nossa comunidade.

Entre a sabedoria dos símbolos e a arte da palavra, a edição n.º 14 se consolida como um verdadeiro templo de ideias. Convidamos todos a folhear estas páginas com espírito aberto, curiosidade viva e o desejo constante de transformar conhecimento em luz.

Editor Responsável

Rubens Pantano Filho

Cadeira n. 36

Patrono: Erwin Seignemartin

SUMÁRIO

O PENSADOR

- 05 Palavras do Presidente
- 06 O Concílio dos Símbolos
- 08 Os Ignorantes Funcionais e a Clausura das Certezas
- 11 A cabeça bem-feita do Maçom
- 14 Espírito Crítico
- 16 O último encanto de Mario Name
- 21 Shitty Freemason
- 25 Quintino Bocaiúva: uma entrevista possível com um personagem impossível
- 31 A Maçonaria através dos Ritos
- 35 Entrevista com José Pellegrino Neto

1a BIENAL MARIO NAME

Crônicas

- 44 Os que Embarcam e os que Permanecem
- 46 1822, o Ano que mudou a minha vida
- 48 Fraternidade dos Construtores Silenciosos

Ensaaios

- 51 Maçonaria – Da Independência à Republica
- 56 Uma Reflexão sobre a Arca da Aliança
- 59 O Ceticismo Maçônico – Rigor, Filosofia e Responsabilidade Intelectual

Poesia

- 62 Eterno Aprendiz
- 63 O Aprendiz de Luz
- 65 Futuro do Pretérito

PALAVRAS DO PRESIDENTE

José Pellegrino Neto
Presidente da ACML
Cadeira 14 – Patrono: Bento Quirino dos Santos



Diletos confrades e ilustres leitores,

É com elevado sentimento de responsabilidade intelectual e júbilo institucional que, na qualidade de Presidente da Academia Campinense Maçônica de Letras, tenho a honra de apresentar a 14ª edição da revista O Pensador. Este número transcende nossa agenda editorial e celebra uma efeméride de especial significado: o quadragésimo primeiro aniversário de fundação de nosso sodalício.

Há quarenta e um anos, esta Academia erigia seus esteios com o propósito de transmutar a práxis operativa do cinzel em reflexão e conhecimento. Celebrar esta data é reafirmar a perenidade de um farol que projeta a luz da razão e do humanismo sobre as brumas do dogmatismo e da indiferença. Como outrora preconizou o filósofo **Immanuel Kant**, a verdadeira ilustração exige a coragem de fazer uso

do próprio entendimento (*sapere aude*); e esse princípio tem orientado nossa trajetória acadêmica e nossa permanente busca pelo esclarecimento.

A presente edição expressa a maturidade de nossa produção literária. A décima quarta edição reúne textos de riqueza conceitual e rigor acadêmico produzidos por nossos membros. Sem reiterar os aspectos já examinados por nosso editor **Rubens Pantano Filho** em seu maravilhoso editorial, cabe a esta Presidência destacar a unidade temática desta edição.

O conjunto de artigos investiga as dimensões do saber universal sob o rigor da lógica e da razão, desde a reflexão sobre ferramentas tradicionais até a crítica às patologias intelectuais e aos dogmas que afastam o homem da tolerância e do diálogo. Consolida-se, assim, um espaço de livre-pensar, no qual cultura, ciência e humanidades se integram.

Especial destaque merece a 1ª **Bienal Acadêmico Mario Name**.

O certame literário superou nossas expectativas e prestou justo tributo à memória de nosso inesquecível Fundador e Patrono. Esta edição reúne as obras laureadas e classificadas nas categorias Poesia, Ensaio e Crônicas/Contos. Essas obras reverenciam a memória de nosso eterno mentor e valorizam a pluralidade de vozes e a sensibilidade estética de nossa comunidade, demonstrando que a palavra escrita, quando aliada à virtude, é capaz de converter conhecimento em luz. Convido-os, pois, à leitura destas páginas com espírito de permanente busca da Verdade. Que o pensamento livre e responsável continue a nos guiar e que a literatura e a filosofia nos ofereçam luz para a construção do porvir.

Comemoremos os quarenta e um anos da Academia Campinense Maçônica de Letras!

O Concílio dos Símbolos



Rubens Pantano Filho
Cadeira nº 36 - Patrono: Erwin Seignemartin

A penumbra da Loja estava impregnada com o aroma de incenso e o silêncio expectante da meia-noite. No Oriente, o Sol e a Lua repousavam, mas o Templo, em sua alma inanimada, pulsava. Foi quando o **Esquadro**, repousando sobre o Altar dos Juramentos, deixou escapar um suspiro metálico, quebrando a mudez do recinto.



Fonte: imagem gerada pelo Gemini / Google.

— Meus irmãos — disse o **Esquadro**, com a firmeza de quem não tolera desvios. — Olho para esta Oficina e pergunto-me: estamos sendo aplicados com a retidão que a nossa natureza exige? A Maçonaria tem se tornado, por vezes, um emaranhado de palavras, mas eu continuo aqui, lembrando a todos que o agir humano não admite curvas quando o assunto é a moral.

Ao seu lado, o **Compasso**, com suas pontas agulhadas, abriu-se num ângulo discreto, mas elegante.

— A retidão é necessária, caro companheiro — pontuou o Compasso com voz comedida. — Mas sem a medida do círculo, sem o limite que traço ao redor dos desejos, a tua retidão seria rigidez cega. Eu ensino a justiça, o equilíbrio entre o “eu” e o “outro”. A Maçonaria é, antes de tudo, saber até onde vai a nossa ponta sem ferir o centro do próximo.

Do canto do Pavimento de Mosaico, a **Régua de 24 Polegadas** deu uma leve batida no chão, reivindicando a palavra.

— Vocês falam de forma e limite, mas esquecem-se do tempo. De que serve a retidão e o equilíbrio se o Maçom não souber dividir as horas? Oito para o trabalho, oito para o repouso e oito para servir. Sem mim, a obra é um caos de pressa ou uma ruína de preguiça.

O **Nível** e o **Prumo**, que observavam das colunas, entreolharam-se. O Nível, horizontal e pacífico, manifestou-se primeiro:

— A Régua tem razão, mas a verdadeira base é a Igualdade. No nível, todos são um. Não importa o que tragam do mundo profano; aqui dentro, a linha horizontal nivela as vaidades.

— E a verticalidade? — interveio o Prumo, austero. — O Nível garante que não haja sober-

ba, mas eu garanto que não haja queda. Sem a retidão interna, sem esse fio que liga o coração ao infinito, a parede da Ordem desmorona para o lado do vício.

No centro da cena, a **Pedra Bruta** e a **Pedra Polida** travavam um diálogo silencioso de evolução. A Bruta, rugosa e cheia de arestas, murmurou com uma voz que parecia o atrito do cinzel:

— Eu sou o esforço. Sou a dor do Aprendiz, o suor do desbaste. Sou a prova de que o homem é um projeto inacabado.

A **Pedra Polida**, brilhante em sua geometria perfeita, respondeu com suavidade:

— E eu sou a esperança, irmã. Sou o resultado de que o método maçônico funciona. Sou o ajuste perfeito para o edifício social. Se eu não fosse cúbica, o Templo da Humanidade teria frestas por onde entraria o vento da discórdia.

Lá no alto, pairando próximo ao teto estrelado, a **Estrela Flamígera** brilhou com uma intensidade súbita. Seu “G” central parecia pulsar como um coração de ouro.

— Vocês todos olham para baixo, para a matéria — disse a Estrela, sua luz banhando as ferramentas. — Eu sou a Inteligência e a Ciência. Sou o facho que guia o Companheiro para que ele não se perca no tecnicismo das ferramentas. Sem a luz da razão iluminada pelo espírito, a maçonaria seria apenas um clube de pedreiros sem teto.

Perto do teto, a **Corda de 81 Nós**, que circundava as paredes como um abraço de cânhamo, deu um leve solavanco, apertando seus laços.

— Luz é importante, Estrela, mas e a união? — perguntou a Corda. — Eu sou o que mantém este Templo coeso. Cada nó meu é um irmão, cada curva é um compromisso. Se um nó se rompe, a egrégora se esgarça. Eu sou o lembrete de que a Maçonaria é uma fraternidade universal, indissolúvel.

Finalmente, as duas sentinelas de bronze, que guardavam a entrada do Templo, decidiram falar. Suas vozes eram profundas, ecoando como trovões contidos.

A **Coluna J**, à direita, disse com autoridade:

— Eu sou a Estabilidade. O estabelecimento da Lei. Comigo, a Ordem se firma sobre os alicerces da tradição. Nada se constrói sem um solo firme e uma vontade que estabelece o início.

A **Coluna B**, à esquerda, completou com uma vibração que parecia mover o ar:

— E eu sou a Força. A potência realizadora. De nada serve a Estabilidade se não houver a energia para agir. Juntas, sustentamos o Pórtico. Quem passa por nós deixa o mundo das aparências para entrar no mundo das essências.

O silêncio retornou, mas agora era um silêncio preenchido. As ferramentas entenderam que nenhuma delas era a Maçonaria por si só, mas que a Ordem era a sinfonia de suas funções.

— Somos símbolos — concluiu o Esquadro, voltando à sua posição de repouso. — Mas só ganhamos vida quando as mãos de um homem justo nos empunham.

— Exato — concordou o Compasso, fechando-se sobre o Esquadro. — A Maçonaria não está em nós, o metal e a pedra. Ela está no espaço entre nós e o coração daqueles que nos compreendem.

A madrugada avançou. A Estrela Flamígera suavizou seu brilho, as Colunas mantiveram sua guarda eterna e a Corda de 81 Nós continuou a abraçar o recinto, esperando pelo próximo toque do malhete que traria, novamente, a vida ao Templo.

“A Maçonaria é um sistema de moralidade veado por alegorias e ilustrado por símbolos.”



Os Ignorantes Funcionais e a Clausura das Certezas

Cícero Barbosa dos Santos
Cadeira nº 24 - Patrono: Bento da Silva Lisboa – Barão de Cairu



Quando o conhecimento não se transforma em entendimento, até mesmo as mentes mais instruídas podem se tornar prisioneiras de seus próprios dogmas.

Recentemente, conversava com alguém sobre o excesso de posts tendenciosos nas redes sociais, direcionados à manipulação das pessoas em todos os níveis possíveis e imagináveis.

Encontramos publicações destinadas à espiritualidade, à política, às relações sociais, ao comportamento, à vida profissional e até à educação dos filhos. Há orientações sobre como viver, trabalhar, amar, educar, votar, pensar e agir diante das mais diversas situações.

Nossa conversa acabou esbarrando em um tema muito recorrente, que é a imensa dificuldade que as pessoas têm em entender o contexto sociopolítico em que vivem e o quanto nos perturbava que pessoas de alto nível intelectual tivessem comportamentos tacanhos diante de situações políticas tão em evidência no país nos últimos anos.

Refletíamos sobre o estado quase atávico com que se posicionam algumas delas — muitas com formação cultural do mais alto nível — quando o assunto envolve política e comportamento nos dias presentes, como também sobre a dificuldade de entender o processo transformativo que vive nossa sociedade.

São pessoas capazes de raciocinar com clareza sobre questões complexas, mas que, diante de temas políticos, sociais ou comportamentais, parecem abandonar o senso crítico e se recolher ao interior de suas certezas.

Em meio às nossas divagações, ocorreu-me um conceito que extraí daquele outro, envolvendo os indivíduos que são considerados alfabetizados, mas que, no entanto, são desprovidos da capacidade de entender qualquer texto colocado à sua disposição, por faltar-lhes o discernimento necessário para interpretar e contextualizar o que leem, ou seja, os analfabetos funcionais.

Foi nesse momento que me ocorreu estabelecer uma analogia com o conceito de analfabetismo funcional.

O analfabeto funcional é aquele que, embora saiba identificar palavras e construir frases, encontra dificuldades para compreender, interpretar e contextualizar adequadamente aquilo que lê.

Partindo dessa premissa, proponho a expressão **ignorante funcional** para designar uma situação diferente, embora igualmente preocupante.



Fonte: imagem gerada pelo Gemini / Google..

O ignorante funcional não é, necessariamente, uma pessoa sem instrução. Muitas vezes, possui formação acadêmica, cultura elevada, experiência profissional e grande capacidade argumentativa. Entretanto, quando se depara com um pensamento contrário às crenças que adotou como absolutas, perde a disposição de analisar, comparar, refletir e questionar, qual seja, têm enorme incapacidade de concatenar as ideias quando o assunto envolve um dogma intelectual que ele próprio autostabeleceu. Questionar tais estruturas significaria enfrentar dúvidas, reconhecer contradições e, talvez, admitir que algumas de suas certezas foram construídas sobre bases frágeis.

Essa possibilidade de ruptura pode ser profundamente desconfortável, sendo assim, tais indivíduos fecham-se em torno de suas próprias convicções. Rejeitam os argumentos contrários não necessariamente porque sejam falsos, mas porque ameaçam a estabilidade do mundo que construíram para si.

Portanto, se tem, nesses casos, pessoas intelectualmente privilegiadas, mas que, em tais circunstâncias, adotam uma postura ignorante — e aqui no sentido não somente físico, como também psicológico —, porque não conseguem, ou não desejam, alcançar a profundidade daquilo que de-

fendem cegamente como sua verdade absoluta. Afinal, aqueles dogmas sociais são seu porto seguro e os inserem em um universo de acolhimento mútuo, criando ambientes agregadores de iguais.

Neste contexto, as redes sociais contribuem de forma significativa para o fortalecimento desse fenômeno.

Seus algoritmos tendem a apresentar aos usuários conteúdos semelhantes àqueles com os quais já demonstraram concordância. Quanto mais uma pessoa interage com determinada visão de mundo, maior é a possibilidade de continuar recebendo publicações que reforcem aquela mesma perspectiva. Cria-se, desta forma, um círculo que se retroalimenta, até que sejam totalmente domadas e tomadas de si mesmas. Afinal, não existe contraponto às suas ideias, mas, sim, padrões de repetição ininterruptos, se alimentando a prática ininterruptamente, até que, absolutamente, o outro não represente nada mais do que alguém sem conexão.

E aqui não se refere a qualquer tendência sociopolítica específica, mas a padrões comportamentais que acabam degenerando relações, obstruindo ideias e ideais e instando as pessoas ao confronto gratuito e leviano.

O contraponto desaparece. Acumulam informação, mas não desenvolvem compreensão.

Tais indivíduos são os ignorantes funcionais. Afinal, “sabem ler” o seu entorno, mas não sabem contextualizá-lo em comparação com formas diferentes de pensar. Notem que têm o conhecimento, mas não possuem o entendimento da tolerância e do respeito à opinião alheia, porque vivem em seu mundo limitado por muros conceituais que lhes são preciosos e inabaláveis.

São os habitantes da caverna, os obscuros do livre pensar. Rejeitar tudo e todos que ousam pensar de forma distinta é a sua maior glória. E, assim, continuam vivendo na clausura de sua

mente, alimentados pela droga virtual da certeza absoluta. Gostam de si mesmos e se amam, deixando ao largo a oportunidade de crescer e expandir seus horizontes.

Para a Maçonaria, essa questão merece atenção especial.

Uma instituição que valoriza o livre pensamento, o aperfeiçoamento moral e o combate à ignorância não pode limitar tais princípios ao plano abstrato. Eles precisam ser vivenciados diariamente, especialmente quando nos deparamos com ideias contrárias às nossas.

Numa análise contextualizada projetando essa reflexão para nosso meio, me pergunto o quanto temos entre nós maçons, irmãos que se afeiçoam a esse conceito de ignorantes funcionais, atuando sob a égide de comportamentos que se retroalimentam num círculo vicioso de achismos e de interpretações enviesadas sobre os princípios, conceitos e ritualísticas da Ordem.

É certo que ninguém está totalmente livre do risco de se tornar prisioneiro de suas convicções.

A formação intelectual, os títulos acadêmicos e a experiência de vida não garantem, por si sós, sabedoria, equilíbrio ou capacidade de diálogo. Às vezes, apenas fornecem instrumentos mais sofisticados para justificar preconceitos antigos.

Atuar nossos valores nunca foi tão imprescindível quanto agora nestes tempos de mudanças paradigmáticas e de modelos de convivências sociais em geral e familiar em particular.

É certo que – embora não devêssemos – trazemos do mundo profano todos os vícios sociais e pessoais que nos consomem, também é certo que o caminho deveria ser o inverso, qual seja, atuarmos nossa filosofia maçônica (aqui usando o termo de forma *latu sensu*) como filtro de desbaste e evolução.

Entendo, enfim, que esta reflexão se apresenta como uma - ainda que tênue - luz sobre o quanto devemos nos atentar às manipulações externas que os consomem, nunca foi tão essencial o autoconhecimento, o estado de alerta e a busca da interiorização dos nossos conceitos.

Em uma sociedade cada vez mais dividida por certezas absolutas, recuperar o diálogo, a tolerância e a disposição para o livre exame das ideias talvez seja uma das tarefas mais urgentes do nosso tempo e da Maçonaria.

Combater a ignorância funcional exige mais do que transmitir informações.

Exige ensinar — e aprender — a pensar.





SARDAGNA CAST
VIRTUAL PRODUCTION

www.sardagnacast.com.br
(19) 98292-1110

Estúdio para gravação
de vídeo aulas,
fotografia e Podcast



Podcast Indaiatuba-SP



UNREAL
Aximmetry



M E T A
G E S T Ã O

Capacitação
em Gestão

Estrada Norma Marson Biondo, Km 6,5, s/nº
Bairro Cruzeiro
Sumaré/SP
Caixa Postal 169 – CEP 13170-970

Atuamos em

- Capacitação técnica e gerencial
- Elaboração de diagnósticos da gestão e de ativos
- Avaliações de gestão, ativos, riscos e governança
- Mentoria e coaching em gestão



M E T A
G E S T Ã O
META GESTÃO CTO LTDA.

Cesarino Carvalho Júnior

19 98825-0009
19 3873-4369

cesarino-junior@uol.com.br
metageracao@uol.com.br

A cabeça bem-feita do Maçom

Marcelo Chaim Chohfi

Cadeira nº 31 - Patrono: José Bonifácio de Andrada e Silva



Certa vez escrevi um pequeno ensaio literário, que consta do meu livro “Crônicas de Todos os Templos”¹, intitulado “O especialista profano e o generalista maçônico”. O pano de fundo, que está explícito no título, parte da constatação de que nós ingressamos na Ordem como *experts* em nossas áreas profissionais. Porém, após ultrapassado o umbral iniciático, experimentamos uma mudança didático-formativa, voltada à lapidação paulatina de cidadãos livres, de bons costumes e, acima de tudo, crentes no Grande Arquiteto do Universo.

Ao fim e ao cabo, por mais paradoxal que possa parecer, se der tudo certo em nossa obra de vida Maçônica, devemos nos tornar exímios generalistas no enfrentamento altruísta da complexidade da condição humana.

Peço permissão, então, para reproduzir parte daquela publicação, para que tal contextualização fique mais clara aos leitores. Trata-se do trecho em que dois Irmãos discutem sobre essa dicotomia entre o especialista iniciado e o generalista posteriormente transformado:

— Como regra, nossos Irmãos iniciados são especialistas em suas áreas profissionais, uns com

maior grau, outros nem tanto, mas invariavelmente com elevados valores e importantes diferenciais no ofício que escolheram na vida profana. Todos, mais cedo ou mais tarde, se realmente compreenderem e perseguirem o real sentido do conhecimento espiritualizado - tal como foi dado e traçado no gabinete maior do Grande Arquiteto do Universo - serão transformados em bons e sábios generalistas da condição humana.

— Generalistas? E ainda assim sábios? Como diz o outro, no popular: “algo de errado não está certo!” - Nenhum sentido negativo nisso, por favor! É que o mundo profano é cruel. Ele doutrina a todos, desde a infância, a vencerem e a serem os melhores na profissão e na vida. Na propaganda - explícita ou velada - o passaporte *vip* para o sucesso é a especialização máxima, como arma necessária para a derrota dos adversários e concorrentes, além de ser veículo único de acesso ao topo do pódio, da riqueza, do sucesso e do reconhecimento público. José Ortega Y Gasset, em sua obra “A rebelião das massas”, tratou desse novo homem especialista. Como sabia do mote da nossa conversa, trouxe o livro para que veja este trecho: “*Eis aqui um precioso exemplar deste estranho homem novo que eu tentei, por uma e outra de suas vertentes e aspectos, definir. Eu disse que era uma configuração humana sem igual em toda a história. O especialista serve-nos*

1. CHOEFI, Marcelo Chaim. *Crônicas de Todos os Templos*. Salto/SP: FoxTablet, 2020.

para concretizar energeticamente a espécie e fazendo ver todo o radicalismo de sua novidade. Porque outrora os homens podiam dividir-se, simplesmente, em sábios e ignorantes, em mais ou menos sábios e mais ou menos ignorantes. Mas o especialista não pode ser submetido a nenhuma destas duas categorias. Não é um sábio, porque ignora formalmente o que não entra na sua especialidade; mas tampouco é um ignorante, porque é “um homem de ciência” e conhece muito bem sua porciúncula de universo. Devemos dizer que é um sábio ignorante, coisa sobremodo grave, pois significa que é um senhor que se comportará em todas as questões que ignora, não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem na sua questão especial é um sábio.”

— E não é a pura verdade! Só porque nos especializamos na profissão - o que não é ruim, por óbvio - temos a petulância de também nos acharmos capacitados para entender e solucionar todos os nossos dilemas humanos e existenciais. Se o nosso carro dá pane no acionamento inteligente de qualquer recurso, buscamos assistência reconhecida, autorizada e especializada. Se o problema é com o *notebook* ou com o celular, só o profissional entendido e bem recomendado no assunto encosta a mão. Agora, se nosso dilema é pessoal, atrelado ao convívio com os nossos pares, ao bom uso do livre arbítrio, ao balanço sincero dos nossos vícios e virtudes, ou ainda sobre como curar dores e teimosias da alma, daí praticamos uma automedicação metafísica, prescrita pelos rábulas que costumam menos estudar o assunto: nós mesmos!

Pois bem. Gostaria agora de acrescentar àquelas reflexões escritas outrora, ideias de um pensador moderno - Edgar Morin - que reforçam a convicção de que nós, Maçons, devemos fugir do paradigma profano do “especialista frio”, daqueles exercentes de uma “tecnociência arrogante”,

ou mesmo dos que se pautam por uma inação social temperada por desprezo humanista.

A proposta de Morin está pautada no que foi cunhado como “pensamento complexo” e prega o combate à divisão da ciência em pedaços isolados e estanques, para que possamos enxergar a realidade humana de forma interligada, integrada e sem qualquer cisão entre as ciências, as humanidades e a própria cultura.

Em sua obra “A cabeça bem-feita”², Morin alerta que “a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui)” (2026, p. 13-14). Nesse ponto, a coincidência com o caminho formativo Maçônico é evidente. Basta pensar na complexidade (interconectada) dos ensinamentos dos mitos, lendas e símbolos de cada grau filosófico desenhado em nossa escalada evolutiva na Ordem.

Aliás, sobre a filosofia em si, que nos é muito cara, Morin destaca seu papel para o desenvolvimento do espírito problematizador, asseverando que ela “é, acima de tudo, uma força de interrogação e de reflexão, dirigida para os grandes problemas do conhecimento e da condição humana.” (2026, p. 23). O espírito inquieto do filósofo deve, sem dúvida, servir de combustível e força motriz para o desenvolvimento de qualquer pessoa que se classifica como “livre e de bons costumes”. Mais uma vez, creio que estamos no caminho certo.

Morin também aborda o que chamou de “escola da vida”, como sendo algo necessário para a compreensão humana. É que, como já foi dito, os saberes são complexos (interligados, partes integrantes do mesmo tecido) e, como tal, devem ser pensados e exercitados. A reflexão empírica, pautada na vivência atenta e questionadora de cada

2. MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jaconiba. 30ª Ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2026.



Fonte: imagem gerada pelo Gemini / Google.

detalhe (ainda que aparentemente banal) da nossa realidade, reflete um verdadeiro aprendizado prático da “escola da complexidade humana”, a ser protagonizado cotidianamente, por cada um de nós. Nas palavras do autor, *“literatura, poesia e cinema devem ser considerados não apenas, nem principalmente, objetos de análises gramaticais, sintáticas ou semióticas, mas também escolas da vida, em seus múltiplos sentidos”* (2026, p. 48).

Cabe, ainda, citar mais um conceito trazido por Morin, na já citada obra “A cabeça bem-feita”. Trata-se da “aprendizagem cidadã”, o que já nos conduz naturalmente à conclusão de que coincide com os propósitos da Maçonaria. O festejado autor nos ensina que *“somos verdadeiramente cidadãos, dissemos, quando nos sentimos solidários e responsáveis”*. E, em seguida, complementa, *“solidariedade e responsabilidade não podem advir de exortações piegas nem de discursos cívicos, mas de*

um profundo sentimento de filiação (affiliare, de filius, filho), sentimento matripatriótico, que deveria ser cultivado de modo concêntrico sobre o país, o continente, o planeta” (2026, p. 74).

Mais uma vez, a mera teorização dos princípios e postulados fundamentais da Maçonaria, desacompanhada de ação cívica e solidária, esvazia e torna inútil o nosso cabedal formativo (e a nossa própria existência) na Ordem. Como diz um conhecido provérbio chinês, *“saber e não agir é não saber”*.

Enfim, a visão dos Maçons é humanista e a nossa formação deve ser complexa, multidisciplinar e entremeada à lógica cósmica, filosófica, simbólica e esotérica da existência humana.

Estejamos atentos, pois! Afinal, como advertiu Montaigne, *“mais vale uma cabeça bem-feita do que uma cabeça cheia”* (Morin, 2026, p. 21).



A.·R.·L.·S.· Construtores do Templo de Salomão – n.º 319
R.·E.·A.·A.· – GOP

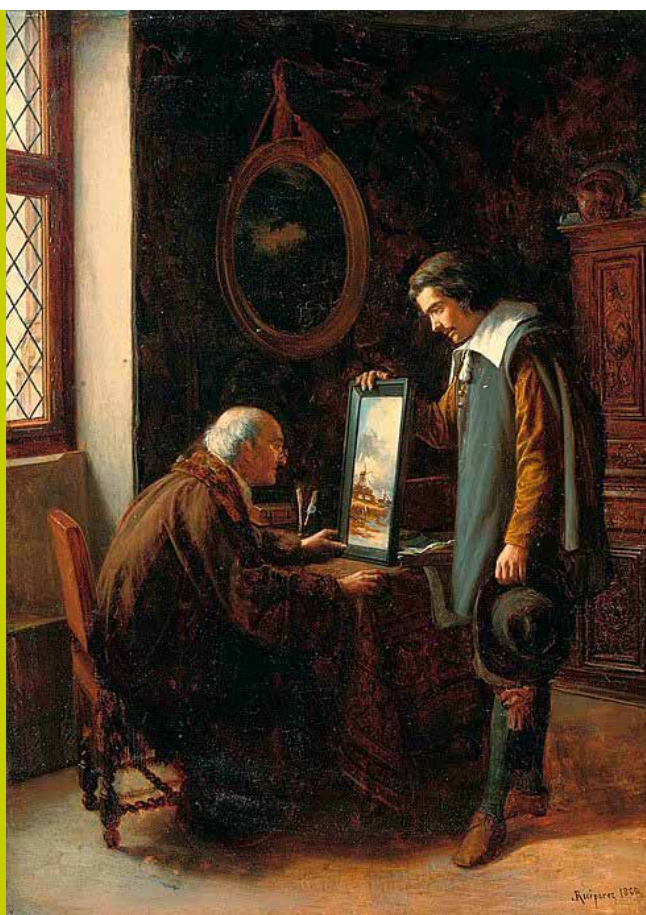
Rua Orestes Ôngaro n.º 1313 – Oriente de Sumaré/SP
 Sessões semanais – segundas-feiras às 20 h

Espírito Crítico

(Maçonaria não é e nunca foi religião)



Newton Agrella
ARBBCLS Luíz Gama nº. 0464 • Oriente de São Paulo / SP



Fonte: *The Critic*. Luís Ruiperez (1832-1867).
Disponível em: commons.wikimedia.org

A natureza da Maçonaria que se tipifica pelo seu caráter Evolucionista possibilitou ao homem desenvolver seu Espírito Crítico. Esse Espírito Crítico consiste na atitude amadurecida do homem que busca a Verdade como suprema virtude do Pensamento através do processo “especulativo”.

Ainda à época da chamada Maçonaria Operativa o homem trazia consigo uma visão teocêntrica da realidade. As explicações sobre tudo o que circunstanciava a Vida e o Mundo se apoiavam unicamente na crença onipresente de Deus.

Registros históricos sinalizam que a partir do século XVI o homem passou a ter uma visão mais antropocêntrica da vida e do Universo. Gradativamente passou a acreditar nas suas capacidades, e para acreditar nelas precisava ter um espírito crítico.

O espírito crítico a que se faz referência é o que busca identificar os fundamentos de qualquer premissa. Uma vez detalhadamente analisado o conceito, reconstrói-se o mesmo sob os atributos da pesquisa, da lógica e da razão, e não por meio de meras suposições ou sensações pessoais.

A Maçonaria Especulativa ganha corpo e dimensão especialmente a partir do período Iluminista quando novos valores foram incorporados ao movimento. Na medida em que a “Idade da Razão” surgia a Maçonaria era adaptada para se acomodar a um novo clima intelectual.

No bojo das influências medievais, renascentistas e iluministas, surgia uma instituição que parecia refletir o espírito progressista da época, com ideais de fraternidade, igualdade, tolerância e razão. A partir dessa natureza especulativa

o Maçom passa a fazer um juízo de valores mais profundo e dialético sobre a Sublime Ordem conferindo-lhe cada vez mais sua propriedade hominal e inequivocamente filosófica.

Senso crítico significa a capacidade de questionar e analisar de forma racional e inteligente. Através do senso crítico, o homem aprende a buscar a verdade questionando e refletindo profundamente sobre cada assunto.

É a partir do Espírito Crítico que o Maçom passa a exercitar o seu Senso Crítico. Vale registrar que a palavra “crítica” vem do Grego “kritikos”, que significa “a capacidade de fazer julgamentos”. No sentido filosófico, o senso crítico está atrelado ao desenvolvimento de uma consciência reflexiva baseada no “eu” (autocrítica) e no mundo.

A consciência do papel social de cada indivíduo promove a capacidade de pensar sobre as verdades impostas pela sociedade dominante. Dessa forma, alguém com senso crítico aguçado não aceita a imposição de qualquer dogma. Diferentemente do que ocorre com a Religião que impõe dogmas inquestionáveis.

O Maçom é livre para pensar, redigir, contemplar e construir seus juízos de valores a partir de seus conceitos intelectuais, porém claro, que dentro dos Princípios, Fundamentos e Postulados que a Maçonaria preceitua como caminhos para a evolução humana através de um processo Iniciático e Ritualístico.



A . R . L . S . Antônio Francisco Lisboa – n.º 274
R . E . A . A . – GLESP

Av. Conceição n.º 92, Vila Castelo Branco – Oriente de Indaiatuba/SP
Sessões semanais - quintas-feiras às 20 h



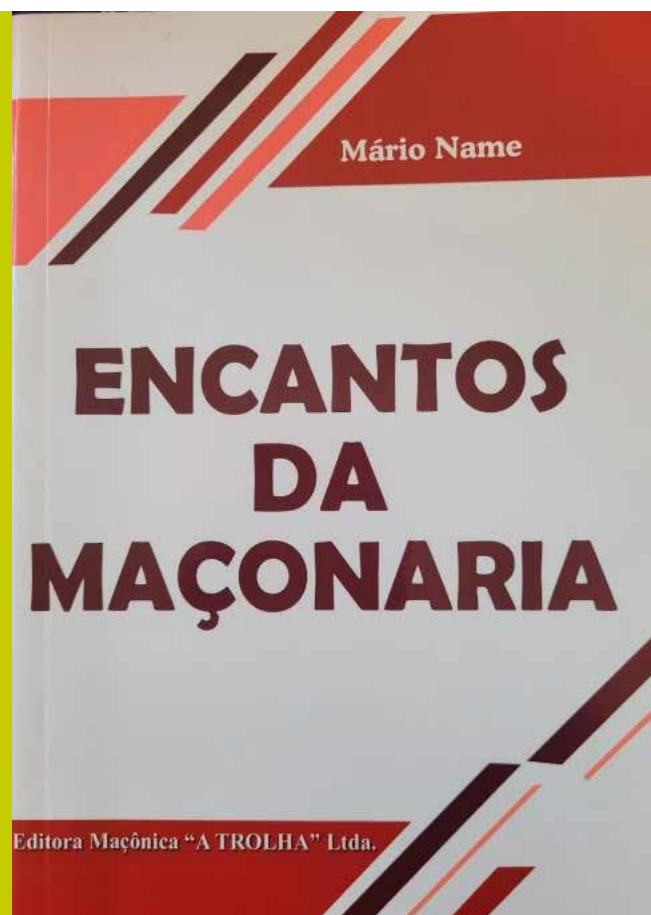
O último encanto de Mario Name



José Pellegrino Neto
Cadeira nº 14 - Patrono: Bento Quirino

Recentemente, uma indagação levantada pelo acadêmico Elson Streb levou-me a revisar “Encantos da Maçonaria”, último livro publicado por Mário Name. A pergunta despertou em mim não apenas o interesse intelectual de reler a obra, mas também a necessidade afetiva e moral de registrar algumas lembranças e impressões.

Não escrevo estas linhas como um leitor ocasional. Convivi com Mário Name durante dezoito anos. Foram anos de intensa convivência acadêmica, de conversas, estudos, projetos e aprendizados. Considero-me verdadeiramente privilegiado, pois poucas pessoas tiveram a rara oportunidade de acompanhar tão de perto sua trajetória intelectual e maçônica.



Fonte: Acervo da ACML.



Fonte: Acervo da ACML.

Mário Name foi o ilustre fundador da Academia Campinense Maçônica de Letras. Sua presença marcou profundamente a história do nosso sodalício e a vida de todos aqueles que com ele conviveram. Mario tinha o espírito irrequieto dos pesquisadores, a disciplina e a obstinação dos estudiosos e, ao mesmo tempo, a generosidade dos verdadeiros mestres: não guardava para si o

que sabia, mas procurava de forma professoral repassar seus conhecimentos, estimular novas pesquisas e despertar nos irmãos o desejo de compreender mais profundamente os meandros da Arte Real.

Ao longo dos dezoito anos em que tive o privilégio de conviver com Mário Name, muito aprendi. Ouvi atentamente suas palavras, debrucei-me sobre seus escritos, acompanhei de perto suas atitudes e, sobretudo, admirei sua inabalável fidelidade em busca do conhecimento. Ele compreendia que a Maçonaria não poderia sustentar-se apenas pela repetição ritualística nem pela contemplação de suas glórias passadas. Para permanecer viva e cumprir sua elevada missão, a Ordem precisava ser continuamente estudada, profundamente compreendida e, acima de tudo, verdadeiramente vivida.

Tive a honra de ser o produtor de seu livro “Evolução Histórica da Maçonaria Brasileira”, publicado pela Editora Vitória. Trabalhamos naquela obra com aferro, aplicação e enorme carinho. Não se tratava apenas de publicar mais um livro, mas de oferecer aos leitores uma contribuição séria para a preservação e a compreensão da memória maçônica brasileira.

Também tive a honra de colaborar com Mário Name na preparação de “Encantos da Maçonaria”. Por essa razão, a obra ocupa um lugar particularmente querido em minha memória afetiva. Sua releitura fez-me reviver as tardes em que o visitava em sua residência, algumas vezes em companhia do acadêmico Muñoz, quando nossas conversas se prolongavam, sempre acompanhadas pelo chá que sua esposa, Ana Elisa, preparava com tanto carinho.

Não raro, aproveitava esses encontros para presenteá-lo com uma garrafa da cachaça Baiuca, trazida especialmente de Nuporanga. Mário tinha verdadeira predileção por aquela excepcio-

nal iguaria e recebia o presente com uma alegria espontânea, impossível de disfarçar.

Por trás de uma aparência carrancuda, acentuada pelas sobrelhas espessas e cerradas, Mário podia, à primeira vista, parecer um homem duro e severo. Todavia no convívio íntimo, revelava-se um doce de criatura; era afetuoso, brincalhão e dotado de um espírito vivaz, sempre pronto a surpreender os amigos com tiradas rápidas e inteligentes. Possuía admirável domínio da língua portuguesa e expressava-se em linguagem castiça e refinada, não admitindo erros crassos no uso do nosso idioma.

Ao reler “Encantos da Maçonaria” não encontro somente o pensamento do pesquisador e do escritor, reencontro o homem com quem convivi, o acadêmico dedicado, o maçom estudioso e o amigo que fez do seu conhecimento uma forma de serviço.

Qual foi a razão do verdadeiro sentido do encanto? O título “Encantos da Maçonaria” pode, num primeiro momento, sugerir uma abordagem meramente sentimental, romântica ou até fantasiosa da Instituição. Essa impressão, entretanto, logo se desfaz ao lermos os primeiros capítulos do livro.

O encanto a que Mário Name se refere não possui qualquer relação com magia, sortilégio ou sedução pelo mistério. É o encantamento produzido pela beleza dos nossos símbolos, pela profundidade dos ensinamentos e pela descoberta de que, por trás de cada gesto ritualístico, existe um convite ao estudo e ao aperfeiçoamento.

Encantar-se com a Maçonaria, nessa perspectiva, não significa renunciar à razão. Significa adquirir disposição para aprender. O verdadeiro encanto não paralisa o homem diante do mistério; impulsiona-o a investigar. Não o acomoda na contemplação dos símbolos; convida-o a interpretá-los. Não alimenta a vaidade do iniciado; desperta

nele a consciência de suas responsabilidades. O encanto é apenas o começo da caminhada. Aquilo que inicialmente impressiona os sentidos deve, pouco a pouco, converter-se em conhecimento. A curiosidade deve transformar-se em pesquisa; a admiração, em compromisso; e a experiência ritualística, em aperfeiçoamento moral. Essa é, a meu ver, uma das ideias centrais do livro.

Mário Name compreendia a Maçonaria como uma instituição iniciática, filosófica, científica e cultural. Sua tradição simbólica recolheu, ao longo do tempo, elementos da História, da Filosofia, da Geometria, da Astronomia, da Aritmética, da Política e das antigas civilizações. Esses conhecimentos não são oferecidos ao iniciado como respostas prontas. Apresentam-se por meio de símbolos, alegorias, gestos e ensinamentos que precisam ser examinados e amadurecidos.

Ao afirmar que “o símbolo não se define, sente-se”, Mário Name não está rejeitando o estudo ou a interpretação. Está apenas recordando que o símbolo não se esgota numa definição. Ele se dirige simultaneamente à razão, à imaginação, à memória, à sensibilidade e à consciência moral.

Duas pessoas podem contemplar o mesmo símbolo e perceber nele ensinamentos diferentes, conforme sua formação, experiência e maturidade. O símbolo permanece o mesmo, mas o intérprete se transforma. Por isso, o maçom pode retornar muitas vezes a uma antiga lição e nela descobrir significados que antes não conseguira perceber.

A iniciação, portanto, não é o término de um processo. É o seu verdadeiro começo. Receber um grau, conhecer determinados sinais ou participar das cerimônias não torna ninguém, por si só, conhecedor da Maçonaria. A passagem exterior somente adquire sentido quando acompanhada por uma transformação interior. Esse entendimento também impede que os graus sejam convertidos em títulos destinados a alimentar a

vaidade. Nenhum grau confere automaticamente sabedoria ou superioridade moral. Quanto mais o maçom avança, maior deveria ser sua responsabilidade; quanto mais aprende, mais humilde deveria tornar-se.

Outro aspecto importante de “Encantos da Maçonaria” é a compreensão de que o aprendiz maçônico não pode permanecer restrito ao interior do Templo. Se o ensinamento não alcançar a família, a profissão, as relações sociais e a conduta cotidiana, a cerimônia corre o risco de tornar-se mera formalidade. A eficácia do símbolo somente se comprova quando ele produz consequências na vida.

A Maçonaria não pretende apenas ensinar o homem a comportar-se dentro de uma Loja. Seu propósito é auxiliá-lo a tornar-se melhor em todos os lugares. É fora do Templo que a tolerância é verdadeiramente testada. É no convívio social que a fraternidade precisa manifestar-se. É diante das injustiças que o compromisso com a liberdade e a dignidade humana deve abandonar o discurso e converter-se em atitude.

Mário Name defendia uma Maçonaria dinâmica e participativa, consciente dos problemas de seu tempo e preocupada com o destino da humanidade. Seu pensamento não admitia uma Ordem indiferente aos dramas sociais, à preservação da natureza ou às responsabilidades cívicas de seus integrantes. Essa visão também explica sua estreita ligação com o Rito Brasileiro.

O Rito Brasileiro distingue-se por enfatizar a formação ética do maçom, aliando a tradição iniciática ao civismo, à responsabilidade social e ao compromisso com o aperfeiçoamento da sociedade. Essa orientação do Rito Brasileiro harmonizava-se plenamente com a visão de Mário Name sobre o papel da Maçonaria no mundo contemporâneo e, não havia nisso qualquer contradição com a universalidade maçônica.

A Maçonaria é universal em seus princípios, mas cada maçom vive numa pátria, numa sociedade e num momento histórico determinado. Amar a humanidade não significa esquecer o próprio país. Da mesma forma, cultivar o civismo não significa fechar os olhos para a fraternidade universal. O particular e o universal não se excluem: completam-se.

Mário Name conhecia as dificuldades que envolvem a investigação das origens e da história da Maçonaria. Nesse terreno, documentos, tradições, hipóteses, lendas e interpretações frequentemente se misturam. Por essa razão, defendia a necessidade de pesquisa séria e de discernimento crítico.

A história da Maçonaria não deve ser escrita para satisfazer antecipadamente os desejos de seus admiradores, tampouco para confirmar as acusações de seus adversários. O pesquisador precisa distinguir o documento da tradição, a evidência da hipótese e o fato histórico da construção simbólica.

Há dois perigos igualmente prejudiciais: a hostilidade do detrator, que interpreta tudo de maneira depreciativa, e a paixão do adepto, que aceita qualquer narrativa desde que ela pareça honrosa para a Instituição. Ambos se afastam da verdade.

O verdadeiro pesquisador maçônico não deve temer a investigação. A grandeza da Maçonaria não depende da conservação de histórias improváveis, mas da força de seus princípios e da contribuição que efetivamente ofereceu e, ainda pode oferecer, à humanidade.

Mário Name procurava conciliar o fascínio pela tradição com o rigor da análise. Esse equilíbrio está presente em "Encantos da Maçonaria"; o autor admira sem idealizar e investiga sem destruir o sentido espiritual e iniciático daquilo que examina.

Um dos aspectos mais humanos do livro está no reconhecimento de que a caminhada maçônica também produz desencantos. Muitos ingressam na Ordem alimentando expectativas de revelações extraordinárias, respostas imediatas ou ambientes inteiramente livres das limitações humanas. Esquecem-se de que as Lojas são constituídas por homens em processo de aperfeiçoamento e não por homens já aperfeiçoados.

Onde existem seres humanos, existem divergências, incompreensões, vaidades e imperfeições. A própria linguagem maçônica ensina a conviver com essa dualidade: luz e trevas, bem e mal, conhecimento e ignorância, construção e destruição. O pavimento mosaico não representa um mundo sem contradições, mas a necessidade de atravessá-las com equilíbrio, discernimento e firmeza moral.

O desencanto pode nascer quando se espera que a Instituição realize o trabalho que pertence ao próprio iniciado. Nenhum ritual pode substituir o esforço individual. Nenhum grau pode conceder aquilo que somente o estudo, a reflexão e a experiência são capazes de produzir.

Nesse sentido, até o desencanto pode tornar-se instrutivo. Quando honestamente enfrentado, ele nos obriga a abandonar a ingenuidade e a buscar uma compreensão mais madura da Ordem. A admiração inicial precisa transformar-se em perseverança; a decepção, em pergunta; e a pergunta, em conhecimento.

Mário Name apresenta o maçom como um pesquisador permanente, um verdadeiro Filho da Luz. Essa designação, entretanto, não constitui um privilégio nem autoriza qualquer sentimento de superioridade. Ser Filho da Luz significa reconhecer a própria responsabilidade diante do conhecimento recebido. A luz não foi feita para alimentar a vaidade daquele que a contempla, mas para orientar seus passos e

beneficiar os que se encontram ao seu redor. Quanto maior o conhecimento, maior deve ser a consciência dos próprios limites. Quanto mais amplos os horizontes, mais necessária se torna a humildade.

Em determinado momento da obra, aparece uma imagem particularmente feliz: o maçom seria semelhante a um satélite que, recebendo a luz do Sol, torna-se capaz de iluminar os que estão à sua volta. É nesse contexto que a afirmação “o conhecimento é Luz” adquire toda a sua dimensão ética. Não basta receber a luz; é preciso refleti-la. Não basta conhecer; é preciso servir. Não basta estudar os símbolos da fraternidade, da justiça e da tolerância; é indispensável transformá-los em conduta.

Ao revisitar “Encantos da Maçonaria”, compreendo a obra como uma síntese madura do pensamento de Mário Name. Nela encontramos o pesquisador interessado pela história, o intérprete atento aos símbolos, o maçom ligado à tradição brasileira e o cidadão preocupado com o destino da humanidade. Mas encontramos também algo mais: um convite.

Mário Name nos convida a ultrapassar a superfície da Maçonaria. Convida-nos a não confundir segredo com conhecimento, grau com sabedoria, ritual com transformação ou erudição com superioridade.

O verdadeiro encanto da Maçonaria não está apenas na beleza de seus templos, na solenidade de suas cerimônias ou na antiguidade de

seus símbolos. Está em sua capacidade de despertar no ser humano o desejo de conhecer a si mesmo, corrigir suas imperfeições e trabalhar pelo bem comum.

Conviver com Mário Name durante dezoito anos foi, para mim, uma escola. Participar da preparação de suas duas últimas obras representou uma honra e uma responsabilidade que ainda hoje procuro compreender em toda a sua extensão. Poucos tiveram essa oportunidade. Por isso, considero meu dever testemunhar tudo o que vivi e aprendi com o grande mestre.

“Encantos da Maçonaria” não deve ser lido apenas como o último livro publicado por Mário Name. Deve ser compreendido como uma de suas derradeiras mensagens aos maçons: a de que a beleza da Ordem somente alcança sua plenitude quando conduz ao estudo, à humildade e ao serviço.

Talvez seja esse o maior dos encantos deixados por Mário Name: transformar conhecimento em luz, convivência em aprendizado e memória em responsabilidade. E, enquanto suas ideias forem estudadas e sua luz continuar sendo refletida por aqueles que o conheceram ou o descobrirem por meio de seus livros, Mário Name permanecerá presente entre nós.



BARBOSA SANTOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Av. Pres. Humberto de A. C. Branco, nº 2033
Salas 06/07 – Vila Leonor – Guarulhos/SP
Fone: +55 (11) 2251-0121

Shitty Freemason

Cesarino Carvalho Junior

Cadeira nº 35 - Patrono: Francisco de Paula Brito



Fonte: criação Copilot.

Certa vez, ouvi um relato do Irmão José sobre um diálogo com o Irmão João, aqui dois nomes fictícios para não expor os personagens. Embora sejam nomes bíblicos, não se trata de um conto religioso moral, mas sim de um fato histórico relatado pelo Irmão José, o qual me permitiu resumir nestas poucas palavras, tecendo meus comentários ao longo do texto. Vou usar a palavra inglesa **Shit**, buscando minimizar o impacto numa leitura da palavra no português, embora não se

altere seu significado (**nota do autor:** o uso da palavra **Shit** do inglês é bastante amplo, mas cuidado; lembro que seu uso está condicionado ao contexto necessário para explicação, pois um palavrão sempre será um palavrão e é considerado como falta de educação).

Vou relatar este fato, pois é muito interessante para a nossa vida, seja a vida vivida, a vida profana ou a vida maçônica.

Depois de um certo tempo, entendendo tantos ensinamentos por meio da Maçonaria, na qual se busca melhorar o homem, o cidadão, o Irmão, presenciar certas situações ou atitudes que contrariam este “melhorar”, nos frustra. Obviamente que melhorar a sociedade é mais difícil, mas ao menos melhorar o homem, o indivíduo, espera-se ser algo mais fácil. Fazê-lo entender as nuances da vida, aceitar a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento, mas uma liberdade sem depreciar a imagem do outro, do ser humano, principalmente de um Irmão Maçom. No mínimo entre os Irmãos Maçons, visto que a sociedade, como dito anteriormente, é muito maior do que um corpo maçônico existente. E a gente encontra isso ao longo da vida, e isso serve para entendermos as diferenças e também a questão da tolerância.

Certa vez, após apresentar um trabalho, um Irmão comentou ter a tolerância esgotada. Mas o

maçom, penso eu, não deveria nunca ter sua tolerância esgotada, porque depois de um tempo estudando a Maçonaria, buscando conhecimento, entendendo o ser humano, ele pode ter realmente sua tolerância num limite mais apertado, mas nunca afirmar que ele não tem tolerância, pois tolerância é uma das virtudes da Maçonaria.

Voltemos ao que relatou o Irmão José. Ele havia questionado alguém sobre um fato; na verdade nem questionou a pessoa, mas sim sobre um fato. No entanto, no meio da conversa, entra o Irmão João e responde posicionando, contendo, para não usar um verbete mais chulo. E o Irmão José o questiona: — Qual é a sua função dentro desse contexto?

Porque, se o Irmão José pergunta para o Presidente de um Corpo Maçônico ou, analogamente, para um Venerável Mestre, que são os maiores níveis da estrutura, ele acredita estarem eles preparados para receberem certos tipos de questionamento, ou melhor, questionamento não, uma pergunta explicativa. A partir do momento que o Irmão José não consegue a informação com a pessoa de direito, o Irmão José faz o quê? O Irmão José busca a informação no nível superior, acima da pessoa de direito. Afinal de contas, foi este nível superior quem encaminhou a primeira mensagem.

Então, quando o Irmão João vê esta troca de mensagens, o Irmão João faz suas colocações e o Irmão José percebe que o Irmão João não está preparado para certos questionamentos. Aliás, nada contra ele não concordar com o questionamento ou até solicitar explicação, embora a pergunta não tenha sido feita para o Irmão João. É um direito do Irmão João querer saber por que o Irmão José está buscando tal informação. E aí o Irmão José explica, faz uma colocação e faz uma certa brincadeirinha até para quebrar o gelo, mas o Irmão João não entende.

Não entende porque aplica o famoso jargão de que quem pergunta é chato, quem quer saber é chato. É verdade, às vezes. Não vamos excluir esse pensamento daqueles que pensam assim, pois quem busca as informações nos seus mínimos detalhes, como dizia o saudoso personagem humorístico “Explicadinho”, da Praça é Nossa: “Eu gosto das coisas muito bem explicadinhas, nos seus mínimos detalhes!”, muitas vezes se torna chato.

O Irmão José tem o direito de perguntar, desde que a pergunta tenha sido feita dentro do contexto. O Irmão José não pode ofender o seu interlocutor na pergunta. Se o Irmão José ofendeu no seu questionamento, qualquer Irmão poderia contrapor, buscando explicar: “Irmão José, acredito que a forma como você questiona não tem cabimento, não condiz com uma postura maçônica”.

O Irmão José, então, coloca para o Irmão João que se limite a se manter dentro de suas funções e deixar que o Irmão de direito e o Presidente se manifestem.

Mas não, o Irmão João, que se diz estar num grau avançado, ou seja, no grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, tendo ocupado a cadeira de um Venerato, sendo um *Past Master* como se pode dizer, toma um telefone e liga para o Irmão José, como relatado, e pergunta, aliás não pergunta, aparentemente ofende: — O que que você está querendo? Você é um **Shit!** Você está querendo o quê? Está pensando que você pode fazer o que você quiser? — É um **Shit!** Não quero mais conversar com nenhum **Shit** na minha vida. Aliás, pessoas chatas como você é que nos fazem sair da Maçonaria.

O Irmão José, tentando manter a calma, pois o Irmão João aparenta estar alterado pela indagação, retruca: — Ô meu Irmão, o que que está acontecendo, que nós não possamos conversar,

pois é impossível um simples questionamento gerar uma desavença tão grande dessa e gerar um palavrão, uma ofensa de Irmão para Irmão? O que nós podemos fazer? Vamos discutir um pouco, vamos conversar, o que está te afligindo? Volto a repetir, uma só questão não pode ser, talvez tenha algo mais a ser desvendado, a ser tratado por nós.

Irmão João não se contém e volta a usar a palavra, qualificando o Irmão José: — Com **Shit** eu não converso mais. Não é do meu feitio ficar mais falando com pessoas que são um **Shit**.

E essa palavra **Shit** foi repetida umas dez vezes. O Irmão José falou: — Vamos conversar, vamos voltar a conversar, tentar entender qual é o problema, porque na verdade um questionamento sempre se pode fazer, sempre pode ocorrer, enfim.

Aí, quis o destino, infelizmente, que o telefone do Irmão João, personagem não identificado, como dito anteriormente para não expor esse Irmão conhecido, deixa de funcionar.

Aparentemente, o Irmão José entende que o telefone tenha sido desligado propositalmente, o famoso “bater na cara” como se costuma dizer. Mas o Irmão José retornou à ligação ao Irmão João e disse a ele: — Se o Irmão é grau 33 e foi Venerável Mestre em uma loja maçônica regular, portanto, depois de alguns anos de Maçonaria, espera-se que tenha passado pelo entendimento sobre o grau de tolerância e compreensão do direito ao questionamento e não necessariamente se extrapolar a ponto de xingar um outro Irmão. Ficar bravo – repete o Irmão José –, questionar, é um direito, mas não compete ao Irmão João, não é que não compete, não é digno de um Maçom nessa posição chamar o outro de **Shit**.

A conversa não teve maiores desfecho e ficou dentro do linguajar inicial.

Então, isso é um negócio um tanto complexo. Mas é assim que a gente precisa evoluir na Ordem. A Maçonaria poderia ofertar a um Irmão que realmente está nesse nível um conhecimento para sua necessidade psicológica. Aliás, poderia ou até deveria ter essa ajuda psicológica na própria Maçonaria. Se você tem a compreensão do entendimento das palavras que são dadas nos rituais, na descrição dos rituais, nos graus filosóficos, principalmente porque alguém que alcança o grau 33 não está ali há um ano e meio de Maçonaria, que é quando chega ao grau de mestre. Está, há anos, buscando o entendimento da filosofia maçônica. Se está no grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, no mínimo o Irmão levou uns cinco anos, mais um ano e meio na Loja simbólica, ou seja, uns seis anos e meio. Seis anos e meio, obviamente não vai mudar o modelo mental do Irmão, mas deve ao menos fazê-lo refletir quando usar um palavrão tipo “você é um **Shit**”.

Então, é muito triste a gente ver isso ainda nos meios maçônicos. Eu espero que a Maçonaria venha a contribuir com todos os nossos Irmãos e que os nossos Irmãos ponderem quando pretendem extrapolar o limite e parem para refletir antes de tomar atitudes no calor das emoções.

Há uma expressão que diz o seguinte: “...espere o barro secar. É uma metáfora que sugere a importância de agir com calma e esperar que os sentimentos se esfriem antes de reagir...” (autor desconhecido). Essa reflexão é frequentemente utilizada para ensinar que, assim como a lama no sapato, a raiva precisa se esfriar antes de ser resolvida, permitindo que a situação seja vista de forma mais clara e equilibrada. Essa metáfora é uma forma de incentivar a paciência e a reflexão sobre a maneira como lidamos com nossos sentimentos e conflitos.

Se algo te irritou, se algo te deixou magoado, “espere o barro secar”. Não tome a medida após a geração do fato. “Espere o barro secar”. Com

o barro seco, a estátua sairá muito melhor. Você poderá lapidá-la muito melhor. Com o barro molhado ou até mole, a estátua não vai se firmar. “Espere o barro secar”, está certo?

Muito bem, é isso aí que eu queria expor aos Irmãos: como andam algumas pessoas, alguns Irmãos do nosso corpo maçônico, baseado no relato do Irmão José. As trocas de informação para melhor entendimento, mesmo que ríspidas, podem ser toleradas, mas o uso de palavras de baixo calão na qualificação de um Irmão não é de boa índole!





Ritech Service
SEGURANÇA DO TRABALHO

Gestão em Segurança e Saúde do Trabalho

Venha conhecer nossas soluções:

- ✓ PGR, PCMSO, LTCAT, entre outros.
- ✓ Gestão de eSocial - Eventos SST
- ✓ Treinamentos
- ✓ Assistência Técnica em Processo Trabalhista



 administrativo@ritech.com.br  (11) 4722-5610 |  (11) 96406-3033

 Rua Santana, 335, Sala 33 - Centro, Mogi das Cruzes - SP



Associação Beneficente para Pessoas com Deficiência Intelectual e/ou Múltiplas
Alameda da Criança, 100 - Vila Vitoria I, Indaiatuba – SP
CEP 13338-020 - Tel.: (19) 3801-8890



A. . R. . L. . S. . Sabedoria e Prudência – n.º 756
R. . E. . A. . A. . – GLESP
Rua Álvaro dos Santos n.º 1372, Jd. Adriana – Oriente de Indaiatuba/SP
Sessões semanais - terças-feiras às 20 h

Quintino Bocaiúva: Uma entrevista possível com um personagem impossível

Paulo José Pereira Curado
Cadeira nº 13 - Patrono: Quintino Bocaiúva



Paulo Curado e Quintino Bocaiuva. Fonte: Imagem criada no ChatGPT.

No número anterior de *O Pensador*, fizemos um exercício que somente as novas tecnologias tornaram possível, ao menos no campo da imaginação. Trouxemos vários patronos aos nossos dias e, com o auxílio da inteligência artificial, procuramos representar sua visita à Academia Campinense Maçônica de Letras. As imagens não pretendiam reconstruir um acontecimento histórico, mas criar uma ponte entre tempos diferentes, aproximando de nós as personagens na história

política, nas artes e na Maçonaria brasileira, que são os patronos de nossa Academia.

Agora, resolvemos avançar um pouco mais na experiência. Imaginei se o patrono de minha cadeira, Quintino Bocaiuva, viesse nos visitar. Pareceu-me natural aproveitar a oportunidade para conversar com ele. Eu o entrevistaria para a Revista sobre a República que ajudou a fundar e as condições atuais da sociedade, incluindo o papel da Maçonaria.

A entrevista é, evidentemente, imaginária. Quintino Bocaiúva morreu em 1912 e nenhuma das respostas apresentadas a seguir foi pronunciada por ele. O que fizemos foi procurar reconstruir respostas possíveis a partir daquilo que Quintino efetivamente escreveu, dos princípios que defendeu e das contradições que sua longa vida pública revelou.

Para isso foram considerados, principalmente, o *Manifesto Republicano* de 1870, textos publicados em *O Paiz*, discursos e documentos reunidos por Eduardo Silva em *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva* e, especialmente, a tese de Mellina de Fátima Neres de Sousa Curty, que acompanha a evolução de seu pensamento desde o jornalismo até o exercício concreto da política. Curty demonstra que o Manifesto de 1870 constituiu uma referência permanente para Quintino e que ideias como República, democracia, federalismo, liberdade e progresso passaram a orientar sua linguagem e sua ação política.

Portanto, o Quintino que responde às nossas perguntas não deve ser confundido com o personagem histórico. Suas respostas constituem inferências, construídas a partir da obra que chegou até nós. Quanto mais nos aproximamos de temas sobre os quais ele efetivamente escreveu, maior é a segurança dessa reconstrução. Quanto mais avançamos para questões próprias do século XXI, maior se torna necessariamente o exercício interpretativo.

Feita essa ressalva, vamos iniciar a conversa.

O PENSADOR • Antes de olhar para a República de hoje, talvez devêssemos voltar àquela que o senhor imaginou. Que República era aquela?

Quintino Bocaiúva • A República pela qual trabalhamos não deveria ser apenas outra forma de escolher os governantes. Se tudo se limitasse a

substituir o imperador por um presidente, teríamos feito muito pouco. O que pretendíamos modificar era o fundamento sobre o qual repousava o poder.

Não reconhecíamos soberania superior à soberania do povo. Queríamos uma organização federativa, a liberdade de consciência, a liberdade política e econômica, a liberdade de imprensa, a verdade do voto e uma educação capaz de preparar o cidadão para participar da vida pública. A República deveria servir ao bem comum e não a determinados indivíduos ou grupos.

Por isso insistíamos tanto na necessidade de esclarecer a opinião. A mudança que desejávamos deveria acontecer também nas consciências. Não bastava modificar as leis se os costumes políticos permanecessem os mesmos. A República necessitava de instituições republicanas, mas necessitava igualmente de cidadãos republicanos.

E talvez esteja justamente aí uma das dificuldades que somente compreendemos inteiramente depois.

O PENSADOR • Olhando agora para o movimento republicano, quais considera seus principais acertos e seus maiores erros?

Quintino Bocaiúva • Seria injusto afirmar que nada realizamos. A República suprimiu privilégios de nascimento, estabeleceu a separação entre o Estado e a Igreja, consagrou o ensino laico, extinguiu a vitaliciedade do Senado e introduziu princípios que defendíamos havia muitos anos. A forma republicana representou, naquele momento, uma ruptura necessária.

Também considero importante aquilo que fizemos antes de 1889. Durante muitos anos procuramos formar a opinião pública. Escrevemos, debatemos, organizamos clubes e partidos, enfrentamos adversários e tentamos mostrar que o regime político não deveria ser considerado uma

fatalidade histórica. A sociedade tinha o direito de discutir a forma pela qual desejava ser governada.

Nosso maior erro talvez tenha sido acreditar que a mudança das instituições seria suficiente para transformar os costumes.

Combateamos na Monarquia o privilégio, a fraude eleitoral, a concentração do poder, o personalismo e a subordinação do interesse público às conveniências particulares. Depois da proclamação, fomos obrigados a reconhecer que muitos desses vícios sobreviveram. Alguns simplesmente trocaram de nome.

A experiência me ensinaria que é possível mudar uma Constituição mais rapidamente do que os hábitos de uma sociedade. Criamos a República, mas a cultura republicana não poderia nascer por decreto. Essa obra exigiria muito mais tempo.

O PENSADOR • Se pudesse voltar àqueles anos, o que faria diferente?

Quintino Bocaiúva • Talvez dedicássemos maior atenção à construção dos mecanismos destinados a proteger a República depois de conquistá-la.

Passamos muitos anos discutindo a necessidade da mudança do regime. Quando ela finalmente ocorreu, descobrimos que a Federação precisava ser construída, que o voto precisava ser protegido, que a representação política podia ser falseada e que interesses estaduais ou pessoais podiam se sobrepor ao interesse nacional.

Eu teria insistido ainda mais na instrução pública e na formação política do cidadão. Uma democracia sem cidadãos capazes de compreender seus direitos torna-se vulnerável àqueles que pretendem falar em nome deles.

Também teria dado maior atenção à organização eleitoral. O eleitor não pode ser livre apenas em teoria. Se sua escolha estiver sujeita à vigilân-

cia, ao constrangimento ou à dependência de quem exerce o poder, a eleição conserva a aparência da democracia, mas perde parte de sua substância.

Talvez tenhamos dedicado mais energia à conquista da República do que à preparação das condições necessárias para que ela permanecesse fiel aos seus princípios.

O PENSADOR • E a participação dos militares? Hoje ainda discutimos a presença das Forças Armadas na política. O senhor mudaria sua posição sobre o 15 de Novembro?

Quintino Bocaiúva • Não poderia negar a importância que os militares tiveram na implantação da República. Seria contrariar aquilo que eu próprio reconheci posteriormente. A mocidade militar teve participação decisiva no movimento e sempre considerei que nela havia um sentimento de dedicação à causa republicana.

Outra questão, porém, é transformar essa participação histórica em autorização permanente para que qualquer instituição se coloque acima da lei.

O militar pode participar da vida nacional, pode possuir convicções políticas e pode, como qualquer cidadão, servir à República. Mas o governo deve permanecer submetido à Constituição, e nenhuma espada, por mais gloriosa que seja sua história, deve possuir autoridade superior às instituições.

Defendi militares quando considerei injustos os ataques que lhes eram dirigidos. Apoiei inclusive candidaturas de homens oriundos das Forças Armadas. Isso não significava conceder-lhes liberdade para governar segundo a própria vontade. O governante, civil ou militar, continua submetido às leis.

A República não pertence aos homens que a proclamaram. Pertence à Nação.

O PENSADOR • O senhor viveu os primeiros anos da República. Como avaliou sua evolução?

Quintino Bocaiúva • Com esperança no início e com crescente inquietação depois.

A República era o ideal ao qual dediquei grande parte de minha vida. Por isso talvez tenha sido particularmente doloroso assistir à reprodução, dentro dela, de práticas que havíamos condenado durante o Império.

Vi o fortalecimento de oligarquias estaduais, a transformação da política em instrumento de grupos, os acordos destinados a conservar posições de poder e as deformações do processo eleitoral. O federalismo que havíamos defendido poderia converter-se em instrumento de interesses locais, assim como o poder central poderia utilizar sua influência para conservar aliados nos estados. Esse não era o sentido que dávamos à Federação.

A autonomia dos estados deveria fortalecer a República sem comprometer a unidade nacional. Quando os interesses das oligarquias passam a comandar as instituições, o regime conserva seu nome, mas começa a perder seu espírito.

Talvez essa tenha sido uma das minhas maiores decepções: perceber que havíamos mudado a forma política, mas não necessariamente a essência de determinadas práticas.

O PENSADOR • Se lhe disséssemos que, mais de um século depois, ainda discutimos personalismo, interesses de grupos, qualidade da representação, liberdade de imprensa, educação política e até o papel dos militares, isso lhe causaria surpresa?

Quintino Bocaiúva • Talvez menos surpresa do que tristeza.

Os nomes mudam com o tempo, as instituições se aperfeiçoam e os instrumentos políticos

se transformam, mas certos problemas parecem nascer novamente quando o cidadão deixa de distinguir o interesse público do interesse de sua facção.

Perguntaria antes de tudo se a República conseguiu formar cidadãos. Perguntaria se o eleitor escolhe livremente. Perguntaria se os representantes compreendem que o poder recebido é temporário e se o Estado serve efetivamente à coletividade ou continua, em determinados momentos, sendo apropriado por grupos.

Não esperaria que todos pensassem da mesma maneira. Isso seria contrário à própria liberdade que defendemos. Uma República vive da divergência. O problema começa quando o adversário deixa de ser alguém com quem disputamos ideias e passa a ser alguém cuja própria legitimidade pretendemos negar.

Se a política se transforma em permanente combate entre dois campos que somente conseguem enxergar virtudes em si mesmos e defeitos nos outros, deixa de existir espaço para o julgamento independente. E sem independência de consciência não existe cidadão; existem apenas seguidores.

Não creio que a República necessite de unanimidade. Necessita de homens capazes de discordar sem destruir aquilo que permite a própria divergência.

O PENSADOR • No seu tempo, a imprensa era o grande espaço de formação da opinião. Hoje temos jornais, televisão, redes sociais e uma circulação de informações quase instantânea. Como vê essa transformação?

Quintino Bocaiúva • Eu certamente me admiraria com a possibilidade de um cidadão transmitir uma opinião para milhares de pessoas em poucos segundos. Durante grande parte de minha vida, confiei à imprensa a tarefa de levar ideias

à sociedade. Escrevíamos porque acreditávamos que discutir era uma forma de transformar. Mas todo instrumento de liberdade traz consigo uma responsabilidade.

A existência de mais vozes não garante necessariamente maior esclarecimento. A imprensa, em meu entendimento, não deveria ser apenas um veículo de transmissão, mas também um instrumento de esclarecimento da opinião. A liberdade de publicar é fundamental, inclusive quando aquilo que se publica nos desagrada.

Fui atacado pela imprensa e nem por isso considerei legítimo silenciá-la. Quando um jornal adversário foi violentamente atingido, entendi que o governo também deveria responder por não ter protegido sua liberdade e sua propriedade.

Imagino, portanto, que defenderia hoje princípio semelhante. A liberdade não pode valer apenas para a opinião que aprovamos.

Ao mesmo tempo, liberdade não dispensa responsabilidade. Se a velocidade da informação se torna maior do que a disposição de verificar, compreender e refletir, talvez tenhamos aumentado extraordinariamente nossa capacidade de falar sem aumentar na mesma proporção nossa capacidade de pensar.

O PENSADOR • Que papel poderia a Maçonaria exercer diante dessa evolução da sociedade e do pensamento humano?

Quintino Bocaiúva • Eu começaria pela liberdade de consciência.

A sociedade somente progride quando reconhece ao indivíduo o direito de pensar, acreditar, duvidar e buscar a verdade sem que uma autoridade pretenda governar sua consciência. Combati a interferência religiosa quando ela ameaçava os direitos civis, não porque desejasse combater a religião, mas porque nenhum cidadão deveria perder direitos em razão de suas convicções.

A Maçonaria, se quiser continuar fiel a essa tradição, não necessita transformar-se em partido nem pretender dirigir a sociedade. Pode realizar algo talvez mais importante: preservar espaços nos quais homens de diferentes pensamentos sejam capazes de se encontrar sob princípios comuns de liberdade, tolerância e respeito.

Uma instituição que reúne homens diferentes não demonstra sua força fazendo com que todos pensem igualmente. Demonstra-a quando ensina que a diferença não impede a fraternidade.

O progresso do pensamento humano talvez esteja justamente nisso. Durante séculos, sociedades inteiras acreditaram que preservar a unidade exigia eliminar a divergência. A experiência demonstrou que uma sociedade livre precisa fazer o contrário: construir uma unidade suficientemente forte para conviver com a diferença.

Mas os princípios somente possuem valor quando ultrapassam as palavras. Se a liberdade, a tolerância e a fraternidade existirem apenas dentro dos templos, pouco terão acrescentado ao mundo.

O PENSADOR • Depois de tudo o que viu, ainda acreditaria na República?

Quintino Bocaiúva • Se deixasse de acreditar nela por causa de seus erros, estaria confundindo o princípio com aqueles que o praticaram mal.

A República que imaginei talvez nunca tenha existido plenamente. Mas isso não significa que os princípios que a inspiraram tenham perdido seu valor.

Liberdade política, liberdade de consciência, verdade eleitoral, educação pública, respeito às instituições, Federação e governo orientado ao bem comum continuam sendo aspirações legítimas, ainda que os homens nem sempre sejam capazes de realizá-las.

Talvez eu fosse hoje menos confiante na capacidade das instituições de transformar rapidamente uma sociedade. A experiência ensina prudência. Aprendi que entre aquilo que imaginamos e aquilo que conseguimos realizar existe uma distância que somente conhecemos quando somos obrigados a governar. Mas não confundiria desencanto com abandono.

No fim da vida, olhando para a República pela qual tanto havia trabalhado, desejei-lhe melhor sorte. Continuaría desejando. A República não é uma obra terminada. Cada geração recebe aquilo que as anteriores conseguiram construir e também os problemas que não conseguiram resolver. Cabe-lhe decidir o que fará com ambos.

Conclusão

O objetivo deste exercício não foi afirmar o que Quintino Bocaiúva pensaria sobre o Brasil atual, mas aproximar suas ideias das questões que ainda permanecem presentes em nossa sociedade. As respostas da entrevista foram construídas a partir de seus escritos, discursos e da bibliografia disponível, procurando preservar os princípios que marcaram sua trajetória: liberdade, democracia, federalismo, educação, liberdade de consciência e responsabilidade no exercício do poder.

A experiência política de Quintino mostra também a distância que pode existir entre os ideais e sua realização. A República que ajudou a imaginar não correspondeu inteiramente àquela que encontrou depois de 1889. Permaneceram práticas que ele próprio havia combatido, como o personalismo, os interesses de grupos e as distorções da representação política. Talvez esteja aí uma das principais lições de sua trajetória: mudar instituições é necessário, mas não suficiente. É preciso também transformar comportamentos e formar uma cultura capaz de sustentar os princípios que essas instituições representam.

Para a Maçonaria, essa reflexão possui um significado particular. Recordar a participação de maçons na história brasileira não deveria limitar-se à celebração de personagens e acontecimentos do passado. A questão mais importante é saber de que maneira os princípios que esses homens defenderam continuam presentes na atuação dos maçons de hoje.

Liberdade de consciência, tolerância, educação, respeito às diferenças, responsabilidade e defesa do interesse coletivo permanecem atuais. Mas esses valores somente conservam significado quando ultrapassam o discurso e encontram expressão na conduta individual e na participação na sociedade.

Assim, talvez a principal pergunta deixada por esta entrevista não seja o que Quintino faria em nosso tempo, mas o que fazemos nós, em nosso tempo, com os princípios que afirmamos preservar. A obra de Quintino forneceu os elementos para construir suas possíveis respostas. A reflexão que permanece, porém, deve ser nossa.

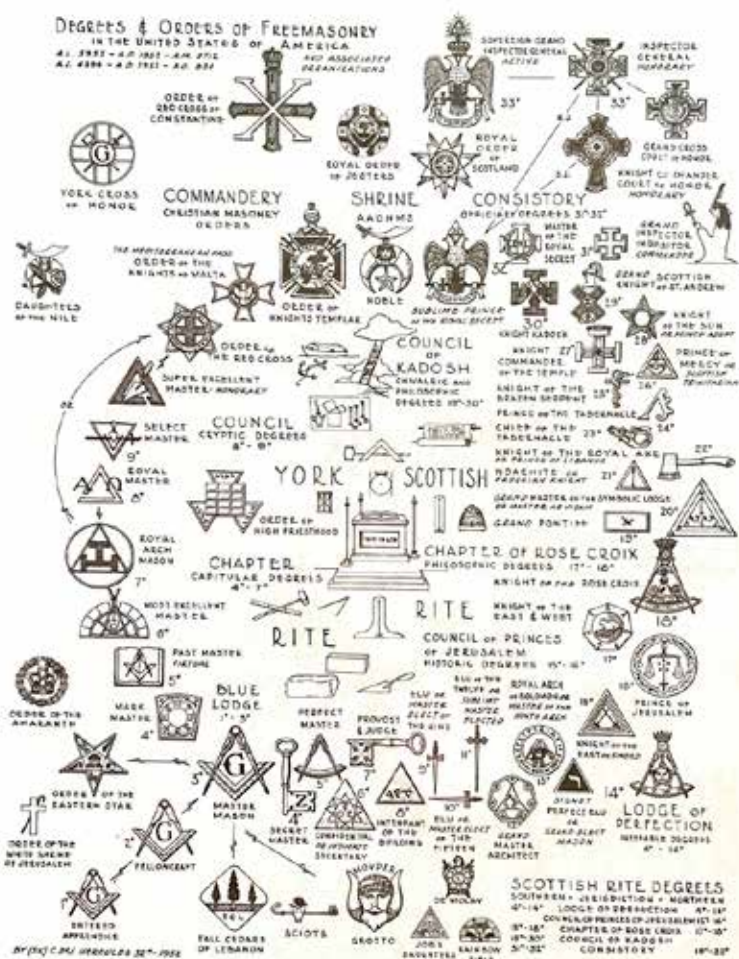


Referências

- CURTY, Mellina de Fátima Neres de Sousa. **Quintino Bocaiúva**: da dramaturgia e jornalismo às práticas políticas (1870-1912). 2020. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- MANIFESTO. **A República**, Rio de Janeiro, p. 1-3, 3 dez. 1870.
- SILVA, Eduardo (Org.). **Ideias políticas de Quintino Bocaiúva**: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- SILVA, Ciro. **Quintino Bocaiúva, o patriarca da República**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1983.

A Maçonaria através dos Ritos

Frederico Gonçalves Costa
Cadeira nº 25 - Patrono: Hipólito de Mendonça



Cartaz de Graus e Ordens da Maçonaria, 1952.

Fonte: r/freemasonry

Existe uma expressão antiga e sábia que nos alerta: não devemos nos perder olhando para a árvore e esquecer de enxergar a floresta. Na Maçonaria, meus irmãos, essa metáfora ganha uma urgência particular.

Cada um de nós, ao ser iniciado, é apresentado a um Rito; aprende seus rituais, seus símbolos, sua hierarquia de graus, sua história. E isso é maravilhoso, é o nosso primeiro contato com a luz da Ordem. Mas há um risco sutil e constante:

o de confundir o Rito com a própria Maçonaria. O de achar que a árvore que conhecemos é toda a floresta.

A Maçonaria é infinitamente mais ampla do que qualquer Rito isolado. Historicamente, contabilizam-se centenas de Ritos surgidos ao longo dos séculos, cada um com sua estrutura, sua ênfase filosófica e sua linha de trabalho. Essa diversidade não é um defeito; é a maior riqueza da Ordem. Ignorá-la, como argumentam Ivan A. Pinheiro e Lucas Vieira Dutra em seu ensaio *“Maçonaria – para além da estreita perspectiva dos Ritos”*, é ter uma visão monolítica e empobrecida do que somos.

É como se cada Rito fosse uma face da Pedra Bruta. Se ficamos só olhando para uma face, nunca compreendemos a pedra inteira. O desbaste que nos propõe a Maçonaria não é apenas sobre nós mesmos, é também sobre nossas certezas institucionais. Precisamos desbastar a presunção de que o nosso Rito é o único caminho, a única verdade, a única forma legítima de ser Maçom.

E esse problema começa cedo. Como aponta o ensaio de Pinheiro e Dutra, os neófitos que batem à porta da Ordem quase nunca conhecem previamente as características e a organização política e administrativa da Maçonaria; não sabem distinguir Ritos de Potências, não sabem que existem diferentes sistemas com filosofias distintas. São apresentados a essa estrutura apenas pelos padrinhos e pela Administração das Lojas, que naturalmente os conduzem ao Rito praticado naquela oficina.

Não há, na maioria dos casos, uma apresentação do panorama completo da Ordem antes da escolha porque, na prática, não há escolha. O neófito entra no Rito que a Loja pratica, ponto. E isso não é necessariamente um problema, mas torna-se um quando esse Maçom, anos depois, continua sem saber que existem outras perspec-

tivas, outras escolas, outras formas de vivenciar a mesma busca.

Os Ritos maçônicos como os conhecemos hoje nasceram em um contexto histórico muito específico: o fermento intelectual dos séculos XVII e XVIII, no bojo do Iluminismo e da Modernidade. Cada Rito carrega a marca de sua época, de suas influências filosóficas, de suas correntes de pensamento. O ensaio de Pinheiro e Dutra situa a proliferação dos Ritos nesse contexto, mostrando que eles não surgiram ao acaso; foram produto da efervescência intelectual de uma era que questionava dogmas, valorizava a razão e buscava novas formas de organização do conhecimento e da sociabilidade.

É importante citar aqui a reflexão de Christoph Martin Wieland (1789), que em seus escritos sobre o Esclarecimento advertia que o verdadeiro espírito iluminado não está em aceitar verdades prontas, mas em submetê-las ao crivo da razão. Essa mesma advertência se aplica à nossa prática maçônica: aceitar que nosso Rito é a única expressão legítima da Ordem, sem nunca tê-lo comparado com outros sistemas, é o oposto do espírito iluminado que deveria nos guiar.

Para compreender essa multiplicidade sem cair em reducionismos, a historiografia moderna da Maçonaria, sistematizada ao longo das últimas décadas por centros de pesquisa em estudos maçônicos, a exemplo do *Centre for Research into Freemasonry and Fraternalism*, e por historiadores como J. A. Ferrer Benimeli, propõe uma ferramenta conceitual valiosa para a expansão de horizontes. A pesquisa acadêmica classifica o pensamento maçônico em grandes vertentes ou escolas de interpretação, cada uma iluminando uma faceta diferente da mesma joia:

Escola Autêntica: Busca a verdade através da pesquisa histórica documental rigorosa, rastreando origens, analisando arquivos e confron-

tando lendas tradicionais com fatos históricos comprovados;

Escola Antropológica (ou Sociológica): Estuda a Maçonaria como um fenômeno cultural, relacional e social, inserida em contextos de redes de poder, sociabilidade e construções de identidade coletiva;

Escola Mística (ou Filosófica): Enxerga os rituais e símbolos como caminhos de transformação interior e espiritualidade, nos quais o Templo se torna o espaço de transfiguração da alma;

Escola Esotérica (ou Ocultista): Trabalha com as correspondências herméticas, cabalísticas e iniciáticas, buscando nos mistérios tradicionais as chaves operativas da evolução espiritual.

Nenhuma dessas abordagens anula a outra; antes, elas se complementam. O Maçom que se restringe a uma única perspectiva assemelha-se àquele que observa apenas uma cor de um prisma.

No plano da morfologia dos Ritos, historiadores como Paul Naudon, em sua obra clássica *Histoire, rituels et tuteur des hauts grades maçonniques*, demonstram que a evolução ritualística seguiu correntes geográficas e espirituais distintas, desde a herança operativa dos construtores medievais até os sistemas de altos graus continentais e o racionalismo das Luzes, evidenciando que a diversidade ritual não gera divisão, mas atesta a vitalidade de uma Instituição universal.

O ensaio de Pinheiro e Dutra utiliza o Rito Escocês Retificado (RER) como um exemplo perfeito e provocador dessa questão. O RER, estruturado nos *Conventos de Wilhelmsbad* e nas reformas anteriores de Lyon, lideradas por Jean-Baptiste Willermoz, possui um caráter singular profundamente enraizado na tradição cristã ocidental e na retificação da Maçonaria de *strict observance*.

Autores contemporâneos de referência na pesquisa do RER, como Jean-Marc Vivenza e

Alice Joly, destacam a profundidade doutrinária desse sistema.

E é justamente essa singularidade que levanta a questão mais provocadora. Se o RER se propõe como uma “retificação”, o que exatamente ele estava corrigindo? Historicamente, o sistema concebido por Willermoz e seus coligados impôs uma postura crítica rigorosa face às derivações fantásticas e cavaleirescas desregradas da Estrita Observância Templária germânica, restabelecendo fundamentos doutrinários tradicionais.

Isso nos mostra que a diversidade de Ritos não é apenas estética, é, muitas vezes, uma divergência filosófica profunda sobre o que a Maçonaria é. Esse debate é a prova inquestionável de que a Ordem está viva.

Aqui, meus irmãos, chegamos a um ponto sensível. A Maçonaria nos ensina que “o pior inimigo habita o interior de cada um”. Aplicamos isso ao desbaste pessoal, mas raramente à nossa vida institucional. A crítica interna é frequentemente sufocada em nome da harmonia aparente. Quando algo não vai bem, a tendência é culpar o “inimigo externo”. Dificilmente temos a coragem de perguntar: será que nossa perspectiva estreita de Rito não está nos impedindo de ver problemas reais em nossa própria estrutura? Pinheiro e Dutra levantam essa questão com honestidade, apontando que a harmonia preservada pelo silêncio pode se transformar em apatia e abandono.

É instrutivo lembrar que os *Conventos* do século XVIII foram grandes exercícios de autocrítica institucional. Maçons de diferentes origens se reuniam para avaliar o estado da Ordem e propor correções fundamentadas, sem medo do debate construtivo. Como lembrava Wieland (1789), o pior inimigo do conhecimento não é a ignorância, mas a ilusão de que já se sabe. O Maçom que acredita que seu Rito lhe ensinou tudo é precisamente aquele que mais precisa ouvir esta men-

sagem. O Esclarecimento maçônico não termina quando recebemos o último grau, ele começa ali.

É aqui que o simbolismo do Maço e do Cinzel nos ensina algo fundamental. O Maço, que representa a força de vontade operativa, dá-nos a coragem de questionar a inércia. O Cinzel, que representa a razão discernente, dá-nos a precisão para analisar as diferentes escolas sem nos perdermos em dogmatismos. Força sem discernimento destrói; discernimento sem força não move nada. Precisamos de ambos para desbastar nossa visão limitada.

A máxima tradicional de “Construir Templos à Virtude e Cavar Masmorras aos Vícios” aplica-se perfeitamente a esse esforço: o exclusivismo de Rito e a recusa em estudar outras tradições constituem vícios intelectuais que precisam ser sepultados. A abertura intelectual é a virtude cardeal que devemos construir na Pátria da Verdade.

Vale registrar que a documentação histórica dessa máxima é rastreada por pesquisadores da história maçônica, a exemplo do levantamento feito por Pierre Chevallier em sua obra clássica *Histoire de la Franc-Maçonnerie Française*, que analisa os primeiros catecismos e cancionários maçônicos franceses do século XVIII e as divulgações de rituais primitivos da época. Há quase trezentos anos, nossos Irmãos já compreendiam que a construção do templo interior exige o combate intransigente ao exclusivismo sectário. Porém, olhando para esse universo de Ritos, há uma saída.

O Maço da vontade nos dá a força para quebrar a crosta de complacência. O Cinzel da razão nos dá a precisão para compreender as diferentes expressões da Ordem. A Régua de 24 polegadas nos lembra que cada hora é uma oportunidade para esse trabalho. E o Esquadro nos ensina que todas as perspectivas podem convergir em harmonia; complementares, nunca excludentes.

Que possamos ter a humildade de reconhecer que nossa visão é parcial e a sabedoria de compreender que a diversidade é beleza. A luz que buscamos não é a de uma única vela, mas a de todas as velas acesas juntas.

A verdadeira Maçonaria não está encerrada nas páginas de um ritual específico, mas na coragem de buscar a verdade para além dele. Esse é o verdadeiro labor do Maçom: ter a honestidade de indagar “o que mais eu ainda não sei?” e a disposição de ir ao encontro da resposta.

O Grande Arquiteto do Universo nos deu uma pedra infinda com centenas de formas de trabalhar a mesma matéria-prima. Que nunca confundamos a árvore com a floresta, nem o que sabemos com tudo o que existe para saber. A floresta espera por nós. Basta termos a coragem de olhar para além da árvore.





AVCC DOBRADA

**SUA SOLIEDARIEDADE
AJUDA À SALVAR VIDAS!
FAÇA SUA DOAÇÃO VIA PIX
CNPJ - 08265286000149**

Entrevista com José Pellegrino Neto [JPN]

Cadeira 14 - Patrono: Bento Quirino Simões dos Santos



Presidente Pellegrino dando posse ao Acadêmico Cassio Modenessi Barbosa.

Fonte: acervo da ACML.

José Pellegrino Neto nasceu em Bauru, em 1952. Químico industrial, empresário, escritor e espírita, construiu sua trajetória profissional no ambiente industrial, inclusive em empresa multinacional. Isso lhe permitiu conciliar o trabalho com os estudos, a família, a atividade espiritual e o interesse permanente pela Filosofia, pela História e pelas questões sociais.

Filho de Sebastião Gomes dos Santos — maçom e um dos fundadores da ARLS Primeiro de Agosto nº 101, do Oriente de Bauru, cresceu sob a influência de princípios cristãos, maçônicos, espíritas e teosóficos. Foi iniciado na ARLS Antonio Francisco Lisboa nº 274 (GLESP, Oriente de Indaiatuba) em 6 de novembro de 2003, elevado

em 9 de setembro de 2004; e exaltado em 28 de abril de 2005. Recebeu a investidura de Grande Inspetor Geral da Ordem (Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito) em 26 de janeiro de 2016. Instalado Venerável Mestre em 13 de junho de 2008, dirigiu sua Loja-mãe no biênio 2008-2009 e exerceu os diversos cargos em Loja simbólica. Também ajudou a fundar a ARLS Sabedoria e Prudência nº 756, no Oriente de Indaiatuba, da qual foi Venerável Mestre entre 2020 e 2022. Em 18 de abril de 2022, ele foi nomeado Cavaleiro da Legião de Honra pelo Supremo Conselho do Grau 33 do REAA, em reconhecimento à sua atividade regular e ininterrupta.

Na Academia Campinense Maçônica de Letras, ocupa a Cadeira nº 14, cujo patrono é Bento Quirino Simões dos Santos. Exerceu a Secretaria por quatro gestões, participou da organização do 6º ao 11º Simpósio da instituição e, atualmente, preside a Academia. Idealizou e criou a revista O Pensador, da qual foi seu editor responsável até o ano de 2025. É autor, organizador ou compilador de obras como “Nossa Sublime Instituição”, “Introdução ao Estudo da Teosofia”, “Livro dos Patronos da Academia Campinense Maçônica de Letras”, “Coletânea de Peças de Arquitetura 2010-2015” e “Rito Escocês Antigo e Aceito - História e Filosofia (Oficina de Perfeição): do 4º ao 33º”. Também escreveu “Histórias de um Velho Maçom I”,

“Histórias do Vovô Pellê”, “História de um Velho Maçom II - A fogueira ainda arde”, “Sob a Estrela Flamígera” e “Anos de Chumbo”.

Sua atuação fraterna também se expressa no campo social. Foi um dos fundadores da Creche Proteção e Amparo Jerônimo Mendonça, presidiu a entidade por três gestões e continuou a servi-la no Conselho Fiscal. Em seus livros e em sua vida, busca reunir memória, ética, espiritualidade, liberdade de consciência e responsabilidade social.

O PENSADOR • Caríssimo Acadêmico José Pellegrino Neto, a revista O Pensador e – certamente – toda a Academia Campinense Maçônica de Letras, lhe presta esta singela homenagem na forma de uma despretensiosa, porém mui respeitosa Entrevista, com o fito de compartilhar com seus leitores algo de sua magnífica trajetória profissional e maçônica. Assim, gostaríamos de oferecer-lhe este espaço para que o lr.: se apresente livremente.

JPN • Agradeço, com sincera emoção, à revista O Pensador e à Academia Campinense Maçônica de Letras por esta homenagem. Ela tem, para mim, um significado muito especial, pois não sou apenas o entrevistado destas páginas: fui também o idealizador e criador desta revista. Vê-la cumprir a missão para a qual nasceu — dar voz ao pensamento maçônico, acadêmico e humanista — é uma alegria que se confunde com o sentimento de dever cumprido.

Nasci em Bauru, em 1952, e trago comigo a paisagem humana daquela cidade: o rádio de válvulas, as ferrovias, o café passado no coador de pano e as conversas no alpendre. Sobretudo, trago a presença de meu pai, Sebastião Gomes dos Santos, o Velho Maçom. Ele era meu padrasto apenas perante os documentos; na vida, foi meu pai por inteiro. Com ele, aprendi que a dignidade não se proclama, pratica-se; que a palavra dada

vale mais do que qualquer contrato; e que a caridade perde grande parte de sua beleza quando necessita de plateia. Antes mesmo de conhecer os nossos símbolos, eu já recebia, dentro de casa, as primeiras instruções da Arte Real.

No mundo profissional, sou químico industrial e empresário. Na juventude, trabalhei durante o dia em uma multinacional anglo-holandesa, cuidando da qualidade, enquanto cursava Física à noite nas Faculdades Oswaldo Cruz. Foram anos intensos. A ciência ensinou-me o rigor; o trabalho, a disciplina; o Espiritismo, a continuidade da vida e a responsabilidade moral; e a luta pela democracia, o valor da liberdade.

Minha iniciação formal ocorreu em 6 de novembro de 2003, na ARLS Antonio Francisco Lisboa nº 274, em Indaiatuba. Digo formal porque, de certa forma, minha preparação começara muito antes, observando meu pai vestir o velho terno preto e apanhar sua pasta de napa com o avental. Esse ritual incluía caminhar dezesseis quarteirões até a Loja, sem se deixar deter pela chuva ou pelo frio. Depois vieram os graus, os cargos, o Venerato, o Grau 33, a Legião de Honra e tantas responsabilidades. Sou grato por cada distinção, mas aprendi com meu pai que grau e título só têm valor quando correspondem a serviço, presença e exemplo.

A escrita nasceu desse mesmo compromisso. Escrevo para preservar memórias, partilhar tudo o que aprendi e devolver às gerações futuras parte do que recebi. Em meus livros maçônicos, filosóficos, espíritas e memorialísticos, procuro unir pesquisa e experiência, sem separar reflexão de sentimento. ‘Histórias de um Velho Maçom’ é, antes de tudo, uma homenagem ao meu pai e aos valores que ele encarnou. ‘Anos de Chumbo’ é o testemunho de quem viu o pensamento transformar-se em risco, mas se recusou a entregar a própria consciência.

Se tivesse de me definir em poucas palavras, diria que sou um homem de memória e de esperança. A memória me impede de esquecer as lições e os sacrifícios dos que vieram antes; a esperança me obriga a continuar trabalhando. Procuo ser maçom dentro e fora do Templo, escritor dentro e fora da página, e cidadão não apenas quando voto, mas sempre que a dignidade humana reclama nossa presença.

O PENSADOR • Discorra livremente sobre temas maçônicos e/ou acadêmicos relacionados à ACML. Por exemplo: qual a importância da ACML no contexto da Maçonaria da Região de Campinas? Do estado de São Paulo? Do Brasil? No contexto da sociedade atual...

JPN • A Academia Campinense Maçônica de Letras possui uma importância que ultrapassa a solenidade de suas reuniões e a honra de suas cadeiras. Ela constitui um espaço de preservação da memória, de produção intelectual, de convivência fraterna e de diálogo com a sociedade. Numa região tão rica em história e presença maçônica como Campinas, a Academia reúne experiências que, sem registro e estudo, poderiam desaparecer com o tempo.

No âmbito regional, a ACML pode aproximar Lojas, pesquisadores, escritores e instituições sem substituir as Potências ou os corpos ritualísticos. Sua função é outra: criar um território comum para a palavra, onde diferenças administrativas ou ritualísticas cedam lugar ao estudo e à fraternidade. Os Simpósios promovidos pela Academia demonstram essa vocação. Tive a honra de trabalhar na organização de seis deles, do 6º ao 11º, e pude comprovar como a troca de ideias fortalece a cultura maçônica e revela novos autores.

No estado de São Paulo e no Brasil, a Academia ajuda a descentralizar a produção intelectual.



Presidente Pellegrino e membros da Mesa Diretora.

Fonte: acervo da ACML.

O pensamento maçônico brasileiro não se limita às capitais nem aos nomes consagrados do passado. Há nas cidades do interior documentos, biografias, memórias e interpretações capazes de enriquecer a compreensão da própria história nacional. Ao escolher patronos, ocupar cadeiras e publicar estudos, não cultivamos apenas a lembrança dos antecessores; assumimos o dever de continuar a obra que eles nos confiaram.

Na sociedade atual, marcada pela velocidade da informação, pela polarização e pela superficialidade, uma Academia de Letras deve oferecer tempo para pensar e seriedade para pesquisar. A internet multiplicou o acesso ao conhecimento, mas também difundiu erros, cópias sem autoria e certezas sem fundamento. A Academia precisa defender a pesquisa responsável, a indicação das fontes, o debate respeitoso e a coragem de rever conclusões. Pensamento livre não é pensamento descuidado.

Foi dessa convicção que nasceu O Pensador. Quando idealizei e criei a revista, desejei abrir uma janela permanente para os acadêmicos, irmãos e estudiosos que possuem algo verdadeiro a compartilhar. Uma revista acadêmica não deve funcionar como vitrine de vaidades, mas como oficina de ideias. Se a ACML conseguir preservar a memória, formar leitores, incentivar escritores e levar à sociedade uma palavra ética e esclarece-

dora, estará cumprindo uma missão verdadeiramente maçônica.

O PENSADOR • Quais seriam, na sua opinião, as principais finalidades de uma Academia Maçônica de Letras – em especial, da nossa Academia Campinense Maçônica de Letras ?

JPN • Em minha opinião, a primeira finalidade de uma Academia Maçônica de Letras é preservar a memória. A Maçonaria brasileira participou de acontecimentos decisivos, formou homens de relevância e realizou obras silenciosas que, muitas vezes, não foram adequadamente registradas. Quando uma testemunha parte sem deixar seu relato, uma biblioteca inteira pode desaparecer. Cabe à Academia recolher documentos, biografias, discursos, peças de arquitetura e histórias de vida, submetendo-os a exame sério e tornando-os acessíveis às futuras gerações.

A segunda finalidade é estimular o estudo e a boa escrita. Não basta repetir fórmulas ou ornamentar páginas com símbolos. É necessário compreender as origens, a história, a filosofia e o alcance moral de nossos ensinamentos. Uma Academia deve incentivar seus membros a pesquisar, a citar corretamente, a distinguir fato de opinião e a transformar conhecimento em linguagem clara. O texto maçônico precisa possuir conteúdo, beleza e honestidade intelectual.

A terceira é formar e acolher autores. Uma cadeira acadêmica não é um trono; é um posto de trabalho. O acadêmico recebe uma honra, mas, junto com ela, assume o dever de produzir, orientar e abrir caminho para outras vozes. Devemos estimular os irmãos mais jovens, oferecer-lhes espaços de publicação, ajudá-los a aprimorar seus trabalhos e ensiná-los a respeitar a autoria alheia. A verdadeira imortalidade acadêmica não está no nome gravado numa cadeira, mas na luz que se acende em outro estudioso.

Outra finalidade essencial é dialogar com a sociedade. A descrição ritual não pode ser confundida com ausência cívica. Sem revelar aquilo que pertence à intimidade da Ordem, podemos e devemos tratar publicamente de ética, educação, liberdade religiosa, tolerância, cultura, história, cidadania e justiça social. Se nossos valores permanecem apenas entre as paredes do Templo, tornam-se uma promessa incompleta.

Por fim, uma Academia Maçônica de Letras deve unir reflexão e serviço. Livros, revistas, conferências e simpósios são instrumentos; a finalidade maior é o aperfeiçoamento do ser humano e da sociedade. A palavra maçônica só conquista plena legitimidade quando inspira condutas, ampara quem sofre, combate o preconceito e defende a dignidade. No caso da nossa ACML, vejo uma responsabilidade adicional: honrar a tradição cultural de Campinas e, ao mesmo tempo, permanecer aberta às novas questões do presente. Tradição sem reflexão transforma-se em peça de museu; inovação sem memória facilmente perde o rumo. A Academia deve manter acesas as duas luzes.

O PENSADOR • No âmbito da Maçonaria o senhor certamente participou de muitos episódios interessantes. Cite algum que lhe venha à mente neste instante e lhe traga boas lembranças

JPN • Há um episódio que sempre me comove. Ele nasceu de uma experiência dolorosa, mas o tempo e a fraternidade lhe deram um desfecho luminoso. Em dezembro de 1970, aos dezenove anos, fui preso em Bauru, juntamente com um amigo, enquanto preparávamos material político num mimeógrafo. Vivíamos os anos mais duros da ditadura, quando pensar, escrever e discordar podiam ser tratados como crimes. Fomos conduzidos para interrogatório e ficamos à mercê de um oficial conhecido por sua violência.



Presidente Pellegrino conduzindo a Sessão.

Fonte: acervo da ACML.

Naquela madrugada, um delegado civil entrou na sala, examinou os papéis e determinou nossa libertação, embora nos advertisse para que não voltássemos a nos envolver com política. Saí sem compreender inteiramente o que ocorrera. Apenas muitos anos depois, já maçom, voltei a Bauru para uma sessão magna de iniciação na ARLS Primeiro de Agosto nº 101, Loja que ajudara a fundar meu pai, Sebastião Gomes dos Santos.

Na Sala dos Passos Perdidos, um irmão octogênario aproximou-se, estendeu-me a mão e perguntou: “Está se lembrando de mim, meu irmão?” Diante do meu silêncio, revelou: era o delegado daquela noite. Era também uma pessoa muito próxima de nossa família, a quem eu considerava tio, e grande amigo de meu pai. Naquele tempo, por causa do cargo, das pressões e do perigo, não pude identificar-se nem explicar sua intervenção.

Então ele me contou que concordava com muitos dos ideais expressos em nosso panfleto e que havia enfrentado sérias dificuldades para impedir que sofrêssemos algo pior. Aquela revelação, guardada durante décadas, transformou completamente a minha memória da madrugada. Dei-lhe um Tríplice e Fraternal Abraço. Por al-

O que não pôde ser dito num tempo de medo encontrou voz num espaço consagrado à liberdade.

guns instantes, o jovem perseguido e o maçom amadurecido encontraram-se dentro de mim.

Guardo esse reencontro como uma de minhas lembranças mais profundas porque ele resume o poder da fraternidade. O que não pôde ser dito num tempo de medo encontrou voz num espaço consagrado à liberdade. A mão que me protegera anonimamente reapareceu como a mão de um irmão. Naquela noite, compreendi que, mesmo nos períodos mais sombrios, há homens que preservam a própria humanidade e fazem o bem possível, ainda que em silêncio. A luz que tentaram apagar em 1970 não se apagou; apenas esperou o momento de voltar a iluminar o caminho.

O PENSADOR • O pensamento livre é a essência da Liberdade. Um homem livre e de bons costumes há de expor o seu livre pensar.

JPN • O pensamento livre é, realmente, a essência da liberdade. Contudo, gosto de acrescentar que pensamento livre não significa pensamento sem responsabilidade. Ser livre para pensar é possuir o direito de perguntar, duvidar, comparar, discordar e até retificar o que antes acreditávamos. É também assumir o dever de fundamentar

nossas palavras, ouvir quem pensa de maneira diferente e não transformar a própria convicção em instrumento de humilhação. A liberdade sem ética pode tornar-se apenas ruído; a ética sem liberdade, por sua vez, converte-se facilmente em obediência cega.

Aprendi isso cedo. Durante a ditadura, vi palavras desaparecerem dos jornais, livros sumirem das prateleiras e professores interromperem explicações para olhar a porta antes de continuar. Fui preso porque ajudava a produzir textos políticos. Naquele tempo, compreendi que a censura não deseja apenas calar a boca: deseja ocupar a consciência, ensinando cada pessoa a vigiar a si própria. Por isso, preservar a liberdade de pensamento não é luxo de intelectuais; é uma necessidade moral de toda sociedade.

A Maçonaria, quando fiel ao que possui de mais elevado, é uma escola dessa liberdade responsável. Ela não entrega ao iniciado uma verdade pronta e imutável; oferece símbolos, método, convivência e trabalho. Cada um deve desbastar a própria pedra, mas ninguém constrói sozinho o Edifício Social. O livre pensamento maçônico não pode ser fanático nem servil. Deve unir razão e espiritualidade, dúvida e reverência, consciência individual e compromisso com o bem comum.

Também acredito que tolerância não é indiferença. Tolerar não significa considerar todas as condutas igualmente justas, nem silenciar diante

da mentira, da crueldade ou do autoritarismo. Significa reconhecer a dignidade de quem diverge e combater ideias sem desumanizar pessoas. Um homem livre e de bons costumes deve saber dizer não, mas precisa fazê-lo sem ódio. Precisa defender a verdade sem imaginar que seja seu proprietário exclusivo.

Foi com esse espírito que concebi a revista O Pensador. O próprio nome contém uma escolha: antes de repetir, pensar; antes de condenar, compreender; antes de obedecer, examinar. Uma revista acadêmica deve acolher pluralidade, mas exigir seriedade. Deve conservar a tradição, mas permitir que ela dialogue com o presente. A Maçonaria também precisa administrar esse equilíbrio entre tradição e evolução: conservar aquilo que lhe dá identidade e renovar aquilo que lhe permite continuar servindo ao ser humano.

Depois de tantas décadas, continuo convencido de que liberdade, igualdade e fraternidade não são palavras para serem apenas proclamadas; são tarefas diárias. A democracia não se sustenta somente com eleições, a Maçonaria não se realiza somente com rituais e uma Academia não vive somente de solenidades. Todas dependem de pessoas dispostas a participar, estudar, servir e assumir as consequências de suas escolhas. Enquanto houver alguém disposto a perguntar sem medo, ouvir sem preconceito e agir com consciência, a luz não se apagará.



A.R.L.S. de Estudos Sem Fronteiras – n.º 7025
R.E.A.A. - GOSP

Rua Álvaro dos Santos n.º 1372, Jd. Adriana – Oriente de Indaiatuba/SP
Sessões quinzenais – quintas-feiras às 20 h

Concurso Literário



**Maçonaria: História e/ou Filosofia
Crônica, Conto, Ensaio, Poesia**

1ª BIENAL MARIO NAME





Olhando para o FUTURO, assumimos o compromisso de mudar AGORA.

Para nós, responsabilidade ambiental é mais que um DISCURSO, é a soma de diversas AÇÕES em busca da melhoria contínua das condições ambientais do nosso planeta.

Da extração responsável da matéria prima ao destino final das embalagens, estamos comprometidos em reduzir o impacto causado e mais do que isso, fazer com que tecnologias limpas sejam o pilar da construção de um futuro 100% sustentável.

Alinhada com as tendências de consumo por produtos naturais e ecologicamente corretos, respondendo ao consumidor cada vez mais esclarecido e exigente, a linha Sweet Plants atende às questões modernas e atuais, oferecendo produtos mais seguros e que respeitam o meio ambiente.



MELALEUCA
LIMPEZA PROFUNDA E REDUÇÃO DE ODOR



CASTANHA
HIDRATAÇÃO REPARADORA



PEQUI
REDUZ A QUEDA



PÊSSEGO
BRILHO E MACIEZ



MACADÂMIA
RESISTÊNCIA A QUEBRA E PONTAS DUPLAS



ALOE VERA
CONTROLE DE OLEOSIDADE E REDUÇÃO DE ODOR

Apresentação:
Frasco 500mL / Bombona 5L

100%

BIODEGRADÁVEL
HIPOALERGÊNICO



ATIVOS NATURAIS
EXTRAÍDOS DE MANEIRA SUSTENTÁVEL

Shampoo
Rende 5X

Vamos
FAZER UM
planeta
MELHOR!



SWEET PLANTS



/sweetfriendoficial

sweetfriend.com.br



Os que Embarcam e os que Permanecem

Elvis Silveira Martins
ARLS Perseverança n.º 171 – GLMERGS
Oriente de Pelotas/RS

Naquela noite o Templo fora fechado com a solenidade habitual. As três luzes haviam sido apagadas na ordem precisa, o Livro recolhido, os instrumentos guardados. O silêncio que permanecia depois da última batida do malhete parecia sempre maior que o próprio recinto.

No ágape, porém, o clima era outro.

Alguns irmãos conversavam em voz mais solta, como acontece quando o rigor ritual cede lugar ao convívio. O assunto surgira naturalmente: mais um afastamento.

– Entrou há dois anos –, disse um Companheiro. – Tão entusiasmado. Prometeu apresentar prancha todo mês –, comentou um Aprendiz.

– Falava em estudar os rituais, em aprofundar simbolismo –, completou outro.

Alguém concluiu com certo desalento: – Não resistiu.

A palavra ficou suspensa, como se todos soubessem do que falavam, mas ninguém ousasse nomear.

Um Mestre mais antigo, sentado próximo à janela, permanecia calado. Não era dos que falavam muito no ágape. Mas quando falava, o grupo naturalmente diminuía o tom.

– Talvez não tenha sido feito para a Ordem –, arriscou um dos mais jovens.

O Mestre ergueu os olhos.

– Ou talvez tenha sido feito para a imagem que construiu da Ordem.

Alguns se entreolharam.

Ele apoiou as mãos na mesa e continuou: – Vocês já observaram como é fácil desejar o mar?

A analogia provocou sorrisos discretos.

– Da margem, o navio é promessa. Horizonte aberto, vento favorável, aventura. O uniforme impressiona. A disciplina parece nobre. A travessia parece grandiosa.

Fez breve pausa. – Mas ninguém da praia sente o peso das cordas molhadas. Ninguém da areia percebe o cheiro constante de madeira úmida. Ninguém imagina o cansaço de manter o leme quando o vento vira.

O silêncio começou a ganhar densidade.

– Na Iniciação –, prosseguiu o Mestre, – muitos experimentam algo semelhante ao primeiro embarque. A venda cai, as luzes se revelam, o Templo se apresenta. É forte. É marcante. É inesquecível.

Um Aprendiz assentiu involuntariamente. – Mas depois da primeira travessia –, continuou ele, – vem o convés. Vem o trabalho repetido. Vem o estudo silencioso. Vem a disciplina das horas. Vem o malhete que não aceita descuido. Vem o esquadro que não tolera desvio.

Um dos irmãos comentou: – Nem todos estavam preparados.

O Mestre concordou. – Nem todo homem nasceu para o mar. Isso é verdade. Mas há algo mais profundo.

Ele olhou diretamente para o grupo. – Alguns entram buscando respostas prontas. Outros entram buscando reconhecimento. Outros entram buscando pertencimento. Poucos entram dispostos a trabalhar.

A palavra trabalhar ecoou com peso específico.

– O trabalho da pedra não é espetáculo. É repetição. É correção de inclinações invisíveis. É confronto diário com aquilo que ninguém vê.

Um Companheiro questionou: – Mas não é natural que alguns se desiludam?

– Natural – , respondeu o Mestre. – Porque muitos confundem o brilho do rito com a essência do rito.

Ele apontou para o espaço ainda marcado pelo silêncio da sessão. – O Templo não foi feito para ser admirado. Foi feito para ser vivido.

Ninguém interrompeu.

– O malhete não serve para impressionar. Serve para ajustar. O esquadro não corrige paredes. Corrige intenções. O compasso não desenha figuras belas. Delimita excessos.

Um silêncio mais reflexivo tomou conta da mesa.

– E o mar? – , perguntou um Aprendiz, quase sussurrando.

– O mar não promete conforto – , respondeu o Mestre. – Promete profundidade.

Ele respirou fundo antes de continuar. – Há irmãos que entram esperando emoção contínua. Esperam revelações constantes. Esperam que cada sessão seja extraordinária.

Sorriu discretamente.

– Mas a verdadeira construção acontece quando nada extraordinário acontece.

A frase produziu inquietação.

– O navio permanece no rumo não pela ausência de tempestade, mas pela constância do timoneiro.

Um dos presentes tentou resumir: – Então o problema não é a Ordem?

O Mestre balançou a cabeça com serenidade.

– A Ordem é o mar. Não obriga ninguém a permanecer. Apenas revela quem suporta navegar.

As palavras não eram acusatórias. Eram quase clínicas.



Fonte: José Lemos Silva. *Chegada da réplica da Nau Santa Maria de Cristóvão Colombo a Machico. 2010.* Disponível no site commons.wikimedia.org

– Há quem desça no primeiro porto porque percebe que buscava aventura. Há quem permaneça anos e descubra que nunca saiu do cais interior.

O grupo sentiu o golpe suave da reflexão.

– Permanecer – , continuou ele, – não é questão de tempo. É questão de alinhamento.

Um Aprendiz perguntou: – Alinhamento com o quê?

– Com o propósito.

Ele inclinou levemente a cabeça. – Se o homem entra buscando reconhecimento, frustrar-se-á. Se entra buscando poder, cansar-se-á. Se entra buscando aplauso, decepcionar-se-á.

Olhou para as próprias mãos antes de concluir: – Mas se entra disposto a trabalhar sobre si, então compreenderá que o trabalho não termina. E isso não o afasta. O sustenta.

– Há outro ponto –, acrescentou o Mestre. – Fala-se muito dos que partem. Pouco se fala dos que ficam por inércia.

A observação gerou desconforto.

– Permanecer apenas por hábito é como continuar a bordo sem jamais tocar no leme.

Ninguém ousou retrucar.

– O mar exige vigilância. A construção exige atenção. A disciplina exige escolha diária.

Ele então formulou a pergunta que alterou o rumo da conversa: – Vocês permanecem por convicção ou por costume?

Não foi uma pergunta retórica. Foi um convite incômodo.

Os olhares se desviaram.

O Mestre concluiu sem elevar o tom: – O número dos que entram sempre será maior que o dos que permanecem. Porque é mais fácil desejar o mar do que aceitar suas regras.

Levantou-se devagar. – Mas também é verdade que alguns partem porque nós mesmos deixamos de lembrar que o convés precisa ser vivido, não apenas explicado.

A frase atingiu todos de maneira diferente.

Antes de sair, ele acrescentou: – O Templo não retém ninguém. Ele apenas oferece instrumentos.

Parou junto à porta. – O resto é decisão.

Quando o Mestre se retirou, ninguém retomou o assunto do irmão afastado. O tema já não era ele. Era cada um.

Ao deixarem o ágape, naquela noite, os irmãos

compreenderam algo que não constava nos rituais escritos:

Ingressar é atravessar a porta. Permanecer é atravessar a si mesmo.

E nem todo marinheiro que admira o oceano está disposto a suportar sua profundidade.

O afastamento deixara de ser o assunto. O assunto agora era o próprio leme.



**A memória
é a arquitetura invisível
de um povo!**

Desde 2004, a **Associação Pró-Memória de Sumaré** trabalha para resgatar, preservar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e social de nosso município.

+ de 250 mil
documentos e jornais históricos

+ de 150 mil
fotografias digitalizadas

**Exposições, palestras,
publicações e visitas
monitoradas**



**ASSOCIAÇÃO
PRÓ
MEMÓRIA
SUMARÉ**
- DESDE 2004 -

*Um patrimônio vivo,
aberto a todos!*

Praça da República, 102
Centro, Sumaré - SP

1822, o Ano que mudou a minha vida

Wendell Stein
ARLS Sagrada Virtude n.º 836 – GLESP
Oriente de Sumaré/SP



O ano era 1822. O Rio de Janeiro cheirava a maresia, cavalos e ao medo silencioso que precede as grandes tempestades políticas. O sol castigava, até mais do que os pernilongos que mordiam até através das vestes.

Eu, Inácio Juâres de Mendonça, um simples boticário com as mãos manchadas de iodo e a alma impregnada de incertezas, caminhava pelas ruelas estreitas do centro, sentindo o peso do meu próprio segredo sob a casaca de linho escuro. Nas ruas o comércio florescia, charretes passando, dirigido por escravos, quase sempre carregando mantimentos até os grandes casarões dos barões do café.

Naquela noite, eu não ia à botica, nem ao encontro de algum enfermo. Eu ia ao encontro da Loja Co-

mércio e Artes, a célula que germinava o que viria a ser conhecido como o Grande Oriente do Brasil.

Atravessar o Largo do Paço era um exercício de coragem. Naquela época, a Igreja Católica não era apenas uma instituição religiosa; era a própria espinha dorsal do Estado e da moral pública. Para o povo, influenciado pelos sermões inflamados dos domingos, a Maçonaria era um lugar que conspiravam com o mal para derrubar o Trono e o Altar. Passei por uma beata que benzia o filho ao me ver passar, fez o sinal da cruz e logo entrou na casa levando o garoto.

O preconceito era palpável. Se a vizinhança soubesse que eu, o homem que lhes vendia xaropes para a tosse, buscava uma luz que não vinha dos vitrais da Catedral, eu seria um pária. Minha

botica seria apedrejada, e perderia quase todos os clientes.

Mas o que me movia era um incômodo interno. Eu via a escravidão nas ruas, o absolutismo que sufocava o Brasil e, acima de tudo, a minha própria imperfeição. Eu queria ser um homem melhor, mas o que sabia já não bastavam para polir as arestas do meu espírito.

Depois de quase uma hora de caminhada, parei em frente de uma casa antiga. Olhei para o papel que carregava, o desenho do lugar era o mesmo de onde estava. Não havia placas, nem indicações, apenas uma grande porta de madeira. Era hora de ver se o código de batidas que o meu proponente, um advogado de renome, me ensinara, era real. O coração martelava contra as costelas. Segundos depois, o barulho da porta se abrindo, ao entrar, o mundo lá fora — com seus espiões da Coroa e seus censores eclesiásticos — desapareceu.

O ambiente era austero e o cheiro perfumado do incenso despertava meus sentidos. Velas de cera de abelha iluminavam o recinto, criando sombras que pareciam dançar nas paredes. Ali estavam homens que, na rua, mal se cumprimentariam por conta das hierarquias sociais: médicos, militares, pequenos comerciantes e até clérigos de mente aberta. Naquele espaço, éramos todos Irmãos, todos iguais.

Fui conduzido com os olhos vendados. A escuridão física era uma metáfora da minha cegueira espiritual. “O que buscais?”, perguntou uma voz grave que eu reconheci como sendo de um importante funcionário do Paço.

— A iluminação — respondi, com a voz embargada.

Eu não buscava poder político, embora soubesse que ali se discutia a Independência do Brasil e os ideais de José Bonifácio. Eu buscava ferramentas simbólicas para quebrar a minha “pedra bruta”. Inácio, o homem impaciente, o homem que por vezes duvidava da justiça ao ver a miséria, queria encontrar um prumo para sua própria conduta.

Quando a venda me foi retirada, a claridade das velas me ofuscou, mas o que vi foi mais brilhante, que não podia ser expresso por palavras. Ali, no calor daquela noite carioca de 1822, senti que o Brasil estava prestes a nascer, e eu, Inácio, estava finalmente começando a me construir.

Ao sair, já logo após a meia-noite, o Rio de Janeiro ainda dormia sob a vigilância das patrulhas reais. Ajustei o chapéu e caminhei de volta para casa. Eu ainda era o boticário Inácio, mas algo havia mudado.

O segredo que eu carregava não era um fardo, mas um escudo. Eu sabia que, se a Igreja descobrisse, eu enfrentaria a excomunhão. Se a Coroa suspeitasse, a prisão. Mas, enquanto eu passava diante da igreja da Candelária, não senti medo. Senti que a verdadeira caridade e a verdadeira liberdade começavam dentro de mim, e Deus sendo meu único salvador.

O Brasil seria livre, eu sabia. Mas, naquela noite, a maior independência que eu conquistei foi a da minha própria consciência.

Inácio Juâres de Mendonça



A.B.I.D
Junte-se a nós nessa jornada! 

Rua Ademar de Barros, 759 – Centro – Indaiatuba/SP – 13330-130
Telefone: (19) 2516-8202

3º Lugar • Conto / Crônica

Fraternidade dos Construtores Silenciosos

Mauricio Guendi Fukushima
ARLS Sabedoria e Reconstrução n.º 826- GLESP
Oriente de São Paulo/SP



Fonte: Imagem gerada pelo Gemini / Google.

As brumas de uma era fraturada sufocavam os vales e as antigas cidades. O mundo que Matheus conhecia havia se tornado um vasto campo de ecos discordantes, onde multidões erguiam estandartes forjados na fúria e na cegueira. Aos vinte e três invernos, o jovem sentia o peso de um tempo doente, uma época em que a sabedoria fora substituída pelo clamor das certezas efêmeras e pela vaidade dos falsos oráculos. Em seu refúgio, cercado por tomos desgastados que narravam a ascensão e a queda de eras esquecidas, Matheus observava o declínio do pensamento. Ele via os homens como prisioneiros de suas próprias paixões, acorrentados a

dogmas que os impediam de enxergar a luz da razão.

Tomado por um fervor indomável, Matheus decidiu que sua voz seria a espada a rasgar aquele véu de ignorância. Mergulhou em pergaminhos antigos, buscando a lógica dos velhos sábios e a prudência dos primeiros filósofos, não para compreender, mas para julgar. Escreveu um manifesto implacável, um tratado de condenação contra a imaturidade de seu tempo. A cada linha traçada, sentia-se agigantar, convencido de que os deuses o haviam forjado para ser o profeta daquela geração perdida, o portador de uma verdade inquestionável que curaria a cegueira das multidões.

Com o pergaminho em mãos, o coração pulsando com a arrogância dos que se creem intocáveis, Matheus caminhou até o sopé da montanha onde se erguia o refúgio dos construtores silenciosos. Era um salão de pedras antigas, um santuário onde homens de espírito inquebrantável se reuniam para preservar a luz em tempos de escuridão. Lá, aguardava Adoniram, um ancião de olhar profundo e sereno, cujas mãos calejadas carregavam as marcas de incontáveis tempestades superadas. Ele era o guardião dos que iniciavam a jornada, o mestre que conhecia os labirintos da alma humana.

Matheus entregou seu manifesto ao ancião, aguardando que o mestre reconhecesse a grandiosidade de sua visão. Adoniram desenrolou o pergaminho e leu cada palavra sob a luz trêmula das tochas. O silêncio que se seguiu pareceu durar uma eternidade. Quando finalmente ergueu os olhos, não havia admiração no rosto do mestre, apenas uma compaixão cortante.

A voz de Adoniram ecoou pelas pedras, calma, porém pesada como o granito. Ele falou sobre os grandes ciclos que regem o tempo e o espírito. Explicou que há eras que exigem construtores de pontes, e outras que clamam por visionários. Contudo, alertou o jovem de que a pressa em salvar o mundo frequentemente oculta as ruínas que carregamos dentro de nós. Adoniram revelou que aquele que acaba de cruzar os portões do conhecimento não pode reivindicar o manto do profeta. O primeiro passo da jornada exige a sensibilidade de um artista, aquele que se recolhe no silêncio, que absorve as dores do mundo e, antes de erguer a espada contra os outros, volta a lâmina para as próprias imperfeições.

O ancião desnudou a ilusão de Matheus, mostrando-lhe que a fúria com que ele atacava a ignorância alheia era, na verdade, o reflexo de sua

própria vaidade não domada. Querer guiar a multidão sem antes ter caminhado pelos próprios abismos era o mesmo que espalhar as trevas sob o disfarce da luz.

Aquelas palavras atingiram Matheus como um trovão, estilhaçando a armadura de seu orgulho. O jovem viu seu reflexo nas pedras frias do salão e reconheceu a arrogância que o cegara. Ele havia tentado curar o mundo com a mesma doença que o afligia. O verdadeiro abismo não estava nas praças barulhentas, mas em seu próprio peito.

Naquela mesma noite, Matheus lançou seu pergaminho às chamas. O fogo consumiu o manifesto de julgamento, e das cinzas nasceu um novo propósito. Ele compreendeu que a jornada não era uma marcha de conquista sobre os outros, mas uma descida solitária às profundezas de si mesmo.

Quando as luas mudaram e o conselho dos construtores se reuniu novamente sob as abóbadas do santuário, Matheus foi chamado a falar. Ele não caminhou até o centro do salão como um juiz, mas como um peregrino que havia sobrevivido à sua própria tempestade. Sua voz, antes carregada de fúria, agora fluía com a serenidade dos rios antigos.

Ele narrou aos presentes a verdadeira odisséia do espírito. Explicou que o alvorecer da sabedoria exige que o homem primeiro enfrente as sombras de sua ignorância primordial, desbastando as arestas de seus preconceitos e ilusões no silêncio da humildade. Somente após essa purificação, o viajante ganha a força necessária para agir, refinando seu caráter não para a própria glória, mas para erguer e proteger aqueles que caminham ao seu lado. E, no ápice dessa travessia, quando as paixões são domadas e a empatia floresce, o espírito finalmente alcança a visão de um verdadeiro guia. Um guia que não impõe sua vontade com a

espada do fanatismo, mas que ilumina o caminho com a suavidade da compaixão.

Ao terminar, Matheus olhou para Adoniram, que assentiu com um brilho de orgulho silencioso. O jovem havia descoberto que a verdadeira luz não se impõe sobre o mundo, mas nasce da comunhão fraterna, onde as coroas e os estandartes perdem o sentido. Naquele santuário de almas iguais, ele entendeu que a maior de todas as vitórias é a conquista de si mesmo, o único caminho capaz de forjar uma aliança inquebrável e espalhar a verdadeira justiça sobre a terra.

O silêncio que se seguiu às suas palavras não era de espanto, mas de reconhecimento. Os cons-

trutores, homens forjados em diferentes fornalhas do tempo, viam no jovem não mais um aprendiz embriagado por ilusões, mas um irmão que havia cruzado o limiar da verdadeira compreensão. Matheus desceu os degraus de pedra e tomou seu lugar entre eles, não como um líder que se eleva acima da multidão, mas como um elo vital em uma corrente indestrutível. O fogo das tochas pareceu queimar com mais clareza, iluminando rostos que, despidos de qualquer vaidade, partilhavam o mesmo fardo e a mesma esperança. Ali, no coração da montanha, a jornada não terminava; ela apenas começava, silenciosa, perene e invencível.



CEDROS DO LIBANO II
A MELHOR LOJA DO MUNDO

EM PROL
APAE VALINHOS

UNÃO QUE TRANSFORMA, SOLIDARIEDADE QUE INSPIRA
EVENTO FILANTRÓPICO EM PROL DA APAE VALINHOS

Solidariedade transforma vidas!

CONVITE

A. R. L. S. Cedros do Líbano II tem a honra de convidá-lo para um evento especial em prol da APAE Valinhos.
Será um momento de confraternização, solidariedade e alegria, com boa música, gastronomia e grandes amizades.

Lanches, porções e muito Chopp!
ATRAÇÃO DO EVENTO

SAMBA DA VILA

PIX PARA CONTRIBUIÇÃO
CHAVE PIX (CNPJ):
27.735.348/0001-83
CEDROS DO LIBANO II
Use a chave Pix para contribuir.

VALOR DO CONVITE
R\$ 25,00/pessoa.
Crianças até 12 anos não pagam.

DATA DO EVENTO
07/11/2026
A PARTIR DAS 12h

LOCAL DO EVENTO
Sede da Apae Valinhos
Rua Fioravante Agnello, 1669
Jardim Maria Ilydia - Valinhos/SP

CONTAMOS COM SUA PRESENÇA!

1º Lugar • Ensaio

Maçonaria Da Independência à Republica

Hilton Sousa Lima
ARLS Construtores da Virtude nº 411 - GOP
Oriente de São Paulo/SP



Fonte: *Independência ou Morte*, por Pedro Américo, 1888.

Disponível em commons.wikimedia.org

No Brasil, as grandes viradas políticas raramente chegam como raio em céu limpo. Elas costumam vir como mudança de vento: primeiro, uma brisa que ninguém respeita; depois, um ar pesado que embaralha o rumo; por fim, quando se percebe, a paisagem já não é a mesma. A Independência e a Proclamação da República — vistas de longe — parecem duas datas penduradas no calendário nacional. Vistas de perto, são como duas madrugadas diferentes: uma ainda cheirando a tinta de decreto e pólvora de canhão; a outra, a ferro de quartel, poeira de rua e um silên-

cio constrangido de gente que acorda sem saber exatamente quem mandará amanhã.

A Independência do Brasil começa, curiosamente, com a sensação de que o mundo apertou. A Europa reordenada por guerras e tratados, a Coroa portuguesa transplantada para o Rio de Janeiro, o Atlântico deixando de ser apenas distância para virar também corda esticada. O que antes parecia destino colonial — uma obediência quase natural — passa a parecer uma camisa de força. E a camisa de força, quando começa a incomodar, incomoda em todo lugar: no comércio,

nas letras, nos salões, nas conversas de bastidor, nos círculos em que as pessoas aprendem a falar “pátria” sem sussurrar.

Há, nesse período, um detalhe que a narrativa do arquivo História da Maçonaria gosta de iluminar: a política não se faz apenas nos palácios ou nas praças; faz-se também em redes. E redes, muitas vezes, têm forma de sociabilidade organizada — encontros, clubes, associações, grupos de discussão. Em certos ambientes, a Maçonaria aparece como uma dessas redes: não como um motor único da História (o que seria simplificação), mas como um terreno onde ideias e alianças se costuram, onde a palavra “liberdade” ganha método e onde o debate se torna disciplina.

O Brasil daquela virada não é uma folha em branco: é um território com elites regionais, interesses econômicos muito concretos, tensões entre centralização e autonomia, e uma sociedade atravessada por desigualdades profundas. Por isso, a Independência não é um ato puro; é um arranjo tenso, uma costura feita com linhas de conveniência e fios de ideal. Há quem queira romper; há quem queira apenas reorganizar; há quem tema perder privilégios; há quem tema perder o próprio chão. E, como quase sempre acontece, a grande palavra — “Independência” — precisa ser interpretada por pessoas reais, com suas virtudes e suas vaidades.

Em algum momento, porém, a história acelera. A decisão de separar-se de Portugal precisa caber num gesto que o povo possa lembrar. A imagem do grito e do cavalo se torna símbolo porque, simbolicamente, o país precisava de uma cena para organizar o que era, na prática, um processo. A crônica não discute aqui o detalhe escolar da pintura; discute o que a cena representa: a passagem do “somos parte” para o “somos nós”. Esse “nós” é sempre complexo — mas é um começo.

Só que começos têm um preço: eles abrem perguntas que ninguém estava pronto para responder. O arquivo sugere justamente isso ao mencionar que, logo após a Independência, as disputas internas começaram a pipocar, como se a vitória contra um “fora” tivesse liberado o conflito dentro. A briga deixa de ser “contra Portugal” e passa a ser “sobre o Brasil”. E então aparecem os rótulos inevitáveis: uns querem uma monarquia constitucional bem amarrada; outros sonham com formas mais liberais de governo; outros defendem o controle central; outros gritam por autonomia. A Independência, que parecia ponto de chegada, revela-se porta de entrada.

É aí que as redes importam. Porque, quando uma sociedade tenta inventar suas regras, ela precisa de lugares onde se discuta, se articule, se pressione, se negocie. E a Maçonaria — nos termos em que o arquivo a apresenta — funciona como um desses lugares de encontro, tanto por reunir figuras públicas quanto por oferecer uma gramática de valores (ordem, liberdade, fraternidade) que combinava bem com a retórica política do período. Isso não significa uniformidade: significa circulação. Um mesmo espaço pode abrigar projetos diferentes; às vezes, antagonistas. E essa é uma chave essencial: fraternidades não anulam a política; apenas a canalizam por outros corredores.

O Brasil independente, no entanto, precisava decidir rapidamente uma coisa que sempre dá dor de cabeça: quem manda, por quanto tempo, com quais limites. E quando esses limites não ficam claros, o poder tende a ficar nervoso. O arquivo registra um momento de choque entre Estado e sociabilidades discretas ao mencionar que, no contexto do Primeiro Reinado, houve medida proibindo reuniões secretas e empurrando a Maçonaria para a clandestinidade — como se o novo poder, recém-nascido, temesse aquilo que

não controlava completamente. É o paradoxo clássico: uma ruptura feita em nome de liberdade pode gerar, por insegurança, mecanismos de vigilância. A história política é cheia dessas ironias.

No entanto imagino, então, o clima desses dias: homens que, até ontem, falavam em autonomia, agora medindo palavras; líderes debatendo constituição com a mesma tensão de quem debate o futuro de uma família; jornais e panfletos acendendo ânimos; e, por trás de tudo, a percepção de que o país precisava parecer sólido antes de realmente ser sólido. A solidez, muitas vezes, vem depois — e custa.

Passam-se décadas. O Império amadurece, com seus arranjos, suas contradições, sua estabilidade relativa e seu desgaste acumulado. E então, quase sem que o povo seja consultado de verdade, a República chega. Não chega como maré popular irresistível (ainda que existissem setores civis que a desejassem); chega como mudança de comando com forte marca militar. Neste contexto tento apresentar a Proclamação da República nesse tom de virada institucional, vinculando-a ao contexto de crise do Império e à atuação de grupos e personagens que se movimentavam

entre quartéis e círculos políticos — alguns deles também associados à Maçonaria, segundo a narrativa da publicação.

Na manhã republicana, a cidade acorda como quem acorda num quarto rearrumado por outra pessoa. O quadro na parede mudou, a cama foi empurrada para um canto, e alguém diz: “É melhor assim”. A República, no Brasil, tem esse gosto de substituição rápida: sai o imperador, entra o marechal; muda o nome do regime, mas o país continua sendo um organismo lento, com desigualdades antigas, com regiões distantes e com uma população que, em boa parte, não participou do desenho do novo contrato.

Mesmo assim, há uma mudança real: o modo de justificar o poder. O Império se justificava por tradição, dinastia e uma ideia de unidade moderada pela monarquia. A República passa a justificar-se por linguagem moderna: cidadania, representação, progresso, laicidade institucional. A palavra “povo” cresce no discurso, mesmo quando o povo ainda não está plenamente incluído. E é nesse ponto que esta crônica enxerga o tom de “obras inacabadas”: regimes mudam, mas as promessas ficam devendo.



Fonte: *Proclamação da República*. 1893. Benedito Calixto (1853-1927).

Disponível em commons.wikimedia.org

Este contexto sugere que, como em outras revoluções narradas em tantas obras, a Maçonaria aparece no Brasil como uma presença atravessando bastidores e debates, ora vista como instrumento de articulação, ora tratada como ameaça por quem teme organizações autônomas. Isso ajuda a entender por que a história maçônica, quando contada em paralelo à história política, costuma oscilar entre duas imagens: a do “espaço de ideias” e a do “alvo de suspeita”. Toda sociabilidade que preserva ritos e discrição, em tempos de tensão, vira superfície pronta para projeções.

Mas o que realmente muda, do ponto de vista humano, entre a Independência e a República? Talvez mude o tipo de sonho. Na Independência, o sonho dominante é “ser”: ser país, ser autônomo, ser capaz de decidir sem tutela externa. Na República, o sonho dominante é “organizar”: organizar instituições, organizar progresso, organizar uma identidade moderna que pareça compatível com o século. O primeiro sonho nasce do rompimento; o segundo, da engenharia política. Um é grito; o outro é decreto.

E, no entanto, ambos carregam a mesma fragilidade: dependem de virtude pública. Nenhum regime sobrevive apenas por suas palavras. Ele precisa de práticas: justiça, administração, educação, equilíbrio entre forças, respeito ao contraditório. E é por isso que o arquivo, ao mencionar disputas e cisões logo depois da Independência e ao enquadrar a República como outra grande reorganização, deixa implícita uma lição: o Brasil muda de forma, mas continua disputando sua substância.

Porém, para não virar apenas aula, voltamos à cena pequena — porque é nela que a História ganha carne. Imagina um homem comum em 1822: talvez um comerciante, talvez um funcionário, talvez um artesão. Ele ouve falar em Independência e pensa: “E eu?”. O regime muda, mas o pre-

ço do pão muda junto? O imposto muda? A vida melhora? Agora, imagina outro homem comum em 1889: talvez um trabalhador urbano, talvez um soldado raso, talvez um pequeno agricultor. Ele ouve falar em República e pensa: “E eu?”. O imperador sai, o marechal entra — e o que muda na mesa da família?

Essas perguntas são o fundo silencioso de todas as grandes datas. Elas lembram que independência e república, sem inclusão social e sem cidadania real, correm o risco de serem apenas trocas de placa na fachada do Estado. O arquivo, ao tratar a Maçonaria como influente em momentos-chave, reforça a ideia de que redes de elite tiveram papel relevante nesses processos — o que, por consequência, torna ainda mais necessária a pergunta sobre o quanto o povo participou e o quanto apenas assistiu.

Ainda assim, há algo que permanece valioso: a linguagem pública que se inaugura. Depois da Independência, discutir constituição, limites de poder e direitos deixa de ser coisa impensável. Depois da República, discutir representatividade, laicidade e progresso deixa de ser luxo intelectual para tornar-se pauta política. Mesmo quando a prática trai a promessa, a promessa registrada muda o horizonte. Ela vira cobrança histórica. Um país aprende, às vezes, pela distância entre o que disse e o que fez.

E se, no meio desse aprendizado, a Maçonaria aparece — como o arquivo sugere — ora como espaço de circulação de ideias, ora como alvo de proibições e suspeitas, isso nos ajuda a compreender um aspecto constante da vida política brasileira: a tensão entre centralização e pluralidade. O poder, frequentemente, teme aquilo que não controla; a sociedade, frequentemente, precisa de redes para existir além do Estado. Quando essas duas forças se chocam, nascem tanto repressões quanto novas formas de articulação.

No fim, Independência e República são dois capítulos de uma mesma obra: a tentativa de construir um país com linguagem moderna sobre alicerces antigos. E talvez esta crônica termine do jeito mais honesto possível: sem triunfalismo, sem cinismo, com a imagem de uma construção que ainda não acabou. Um país que rompeu com Portugal, depois rompeu com o Império, e continua — geração após geração — tentando romper com aquilo que é mais difícil de romper: a desigualdade, a exclusão, a tentação autoritária, o costume de tratar cidadania como privilégio.

As datas ficam. Os nomes ficam. Os monumentos ficam. Mas o que realmente fica — o que decide se uma Independência é mais do que um gesto e se uma República é mais do que uma troca de comando — é a capacidade de transformar símbolos em vida concreta. Se a História ensina algo, é isso: nenhum regime é definitivo. Definitivo, quando existe, é o trabalho diário de fazer caber dentro do país real as palavras bonitas que ele escreveu para si mesmo.



Referências

CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil**. Brasília: GOB, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VANNANCE, William M. **Maçonaria e Independência**: o papel das lojas na construção do Estado. Rio de Janeiro: Maçonica, 1992.



VOCÊ TEM O PODER DE SALVAR ATÉ 4 VIDAS!

Doando sangue você adquire esse poder.

Uma bolsa de sangue (450 ml) coletada pode salvar até quatro vidas.

O **Rotary Club de Valinhos**, em conjunto com o **Hemocentro/Unicamp**, realiza campanha mensal de doação de sangue desde 1995. Foram quase **17 mil bolsas coletadas** até agora. **Precisamos de você para ampliar esse número.**

VALORIZE A VIDA. DOE SANGUE.



Uma Reflexão sobre a Arca da Aliança

Romoaldo Saldanha
ARLS 14 de Julho n.º 296 - GLESP
Oriente de Campinas/SP



Fonte: Graph+sas. Arca del Alianza en el Salón del cine Barcelona 2016.

Disponível em commons.wikimedia.org

Dezenove anos após ter recebido a Luz que nos norteia em nossos aprendizados e auxilia no despertar da consciência, passei a refletir sobre a Arca da Aliança que carregamos em nosso interior. Essa reflexão surgiu após eu ter presenciado, por diversas vezes, esse símbolo em cerimoniais dos Altos Corpos do Rito Escocês Antigo e Aceito.

A Arca da Aliança é um dos artefatos mais enigmáticos e reverenciados da história religiosa, mencionada em textos sagrados como a Bíblia. Esse objeto sagrado é descrito como um cofre de madeira de acácia revestido de ouro, que continha, entre outros itens, as tábuas dos Dez Mandamentos. A Arca desempenhou papel central na tradição judaica, sendo considerada a

manifestação física da presença de Deus entre o povo de Israel.

Além de sua importância religiosa, esse artefato despertou, ao longo dos séculos, o interesse de arqueólogos, historiadores, aventureiros e escritores fascinados por seus mistérios.

Sob a ótica do Sagrado, a Arca da Aliança simboliza, na tradição judaica, a presença divina e o pacto entre Deus e o povo de Israel. Considerada um sinal tangível da aliança firmada no Monte Sinai, onde Moisés recebeu as tábuas da Lei, a Arca precedia as tropas israelitas nas batalhas como símbolo de proteção e guia espiritual.

De acordo com o relato bíblico, a Arca da Aliança foi construída por Bezalel, artesão habilidoso da tribo de Judá, sob a supervisão de Moisés, que recebera instruções detalhadas dadas por Deus. Sua construção ocorreu durante a permanência dos israelitas no deserto, após a saída do Egito, quando Bezalel, escolhido por Deus, foi capacitado com habilidades especiais para realizar essa tarefa sagrada.

A madeira de acácia foi escolhida por sua durabilidade, enquanto o revestimento de ouro simbolizava pureza e santidade. O resultado foi um objeto de grande beleza e profundo significado espiritual, tornando-se o centro da adoração no Tabernáculo e, posteriormente, no Templo de Jerusalém.

Relatos bíblicos registram que, dentro da Arca da Aliança, estavam guardadas as tábuas dos Dez Mandamentos, consideradas a base da lei divina. Além delas, outros itens sagrados também foram depositados na Arca, como um vaso contendo o maná — símbolo do sustento divino durante a jornada no deserto — e a vara de Arão, que floresceu como sinal da escolha divina.

Esses objetos não eram apenas relíquias: representavam momentos cruciais da história de Israel e a contínua providência de Deus. Sua presença dentro da Arca reforçava a ideia de aliança e fidelidade entre Deus e Seu povo, lembrando-os constantemente de sua história e identidade.

Na teologia cristã, a compreensão da presença divina passou por profunda transformação, deixando de habitar objetos sagrados para residir na própria essência humana. Se outrora a glória de Deus estava contida na Arca da Aliança, hoje o corpo do fiel é reconhecido como o verdadeiro “Templo do Espírito Santo”.

Essa mudança simboliza que o sagrado não está mais restrito a espaços físicos ou relíquias distantes; agora ele vive e pulsa dentro de cada indivíduo. Nessa perspectiva, os elementos que historicamente preenchem a Arca ganham novo significado através da figura de Jesus, que personifica a Nova Aliança.

Ele é visto como o pleno cumprimento de cada símbolo. Nas Tábuas da Lei, revela-se como a Palavra Viva e a ética encarnada; no Maná, apresenta-se como o “Pão da Vida”, que sustenta a alma; já na Vara de Arão, que floresceu contra todas as expectativas, surge como o Sumo Sacerdote ressuscitado, trazendo vida onde antes havia morte.

Essa evolução teológica culmina na liberdade do acesso direto. O “véu” que separava o sagrado do comum foi removido, encerrando a era em que apenas um sumo sacerdote podia aproximar-se da divindade uma única vez ao ano.

Agora, a espiritualidade é marcada pela proximidade e pelo diálogo constante, permitindo que qualquer pessoa busque a presença divina sem intermediários ou rituais complexos.

Em última análise, a simbologia da Arca permanece como um lembrete eterno de fidelidade. Ela nos convoca a honrar as promessas divinas através de uma conduta ética e espiritual íntegra, mantendo os princípios dos mandamentos não mais gravados em pedra, mas inscritos na consciência e na vivência diária.

Traduzo para o presente, focando em minha própria evolução, esse artefato simbólico como o lugar onde guardo o que me é mais caro: o legado de meus pais, os valores que sigo com devoção, minha crença inabalável no Grande Arquiteto do Universo, o amor infinito por minhas filhas e o zelo por minha Pátria.

Todos temos valores que nos guiam, sustentam e animam; valores pétreos, que podem até ser comentados, mas jamais discutidos, pois são caros, únicos e íntimos de cada um.

Assim como o sumo sacerdote fazia uma vez ao ano, somente eu posso aproximar-me dessa Arca simbólica. Somente eu posso expiar meus pecados — com a diferença de que posso fazê-lo sempre que desejar, sempre que sentir necessidade.

Nos momentos de reflexão íntima e oração, aproximo-me desses valores; aproximo-me, portanto, daquilo que chamo de minha Arca da Aliança. Converso comigo mesmo, examinando pensamentos e sentimentos e comparando-os ao conteúdo dessa Arca, a fim de corrigir meu caminho sempre que percebo que não estou agindo conforme minha verdade, sempre que meus pensamentos traem minhas convicções.

Não desejo ferir a análise dos irmãos com minha interpretação, mas compartilhá-la a fim de despertar o interesse e provocar a discussão sobre

o tema, pois não haveria sentido em termos esse símbolo em nossos estudos sem refletirmos sobre seu significado e sua aplicação em nossa construção interior, na lapidação de nosso caráter.

É verdade que, para alguns, isso talvez não desperte qualquer sentimento ou reflexão. Ainda assim, temos a obrigação, ao menos, de pensar sobre o assunto.

Esse símbolo sagrado, adotado por nossa Ordem para despertar a consciência a planos mais elevados, transcendeu sua essência puramente religiosa e converteu-se em verdadeiro ícone do imaginário popular. Através da literatura e do cinema, sua mística foi absorvida pela cultura de massa, eternizando-se em grandes produções que transformaram a busca pela relíquia em jornadas arqueológicas lendárias, repletas de enigmas, perigos e elementos fantasiosos.

Muito além das telas do cinema ou das páginas que tentam decifrar seus mistérios, a Arca sobrevive como o eco de uma busca eterna pelo desconhecido. Para mim, porém, ela se despe de suas lendas monumentais — reais ou fantasiosas — para habitar um plano mais sereno: o íntimo.

Ela se faz templo silencioso, refúgio pessoal onde guardo aquilo que possuo de mais sagrado e onde, no recolhimento do meu próprio ser, encontro a linha invisível que me liga, como uma costura, ao Superior.

Pense!

Refleta sobre o que esse símbolo desperta em sua consciência. Questione e investigue o que existe dentro de sua própria “Arca” — e se ela não está perdida.



APOIAR A CCP É TRANSFORMAR VIDAS.

Há 72 anos, a Casa da Criança Paralítica de Campinas promove autonomia, inclusão e qualidade de vida para pessoas com deficiência.

Faça parte dessa história.



FORMAS DE AJUDAR

**Seja um associado**
Contribua mensalmente a partir de R\$ 10,00.

**Seja uma Empresa Amiga**
Apoie a CCP com uma contribuição mensal.

**Seja voluntário**
Doe seu tempo e seus talentos.

**Doe para o Bazar do Sonho**
Roupas, calçados, móveis, eletrodomésticos e outros produtos em bom estado.

**Vincule seu CPF na Nota Fiscal Paulista**
Ajude sem colocar a mão no bolso.

**Quer nos apoiar?**
Fale com a gente pelo nosso WhatsApp.
(19) 98389-1110



VOLACC
VOLUNTÁRIOS DE APOIO
NO COMBATE AO CÂNCER

180 FAMÍLIAS
Uma rede de cuidado.
Milhares de histórias.
Cuidamos de pessoas
com câncer e suas famílias.

APOIE A VOLACC
APONTE A CÂMERA E DOE



O Ceticismo Maçônico

Rigor, Filosofia e Responsabilidade Intelectual

Luiz Gustavo Fornaziero Buzzo
ARLS União e Fraternidade n.º 1284 - GOB – SP
Oriente de Americana/SP



Fonte: GualdimG. A Verdade, 1903.

Teixeira Lopes, Palácio Pimenta, Lisboa.

Disponível em commons.wikimedia.org

A Maçonaria afirma buscar a Verdade. Essa afirmação, repetida em rituais, discursos e instruções, não é mera fórmula simbólica: é uma pretensão filosófica. Contudo, toda pretensão de verdade carrega consigo uma exigência inevitável — o compromisso com o método.

Não há busca legítima da Verdade sem critérios para distingui-la do erro, da suposição e da mera “invencionice”.

É nesse ponto que emerge a necessidade de todo maçom, ao se dedicar ao estudo, adotar o que vamos chamar de **ceticismo maçônico**.

Antes de tudo, é preciso estabelecer uma premissa fundamental: a Maçonaria não constitui uma ciência autônoma, ao contrário do que afirma o confuso 24º Landmark, na classificação de Mackey. Ela não possui objeto empírico próprio nem metodologia independente que a coloque ao lado das ciências naturais ou formais.

Entretanto, ela não deixa de ser um ramo de uma ciência, já que pode ser inserida no campo mais amplo da filosofia. Assim, a Maçonaria é uma corrente da ciência filosofia, estruturada em símbolos, ritos e ensinamentos morais que propõem uma interpretação da realidade, do homem e de seu aperfeiçoamento.

Essa constatação, longe de diminuir sua grandeza, aumenta-lhe a seriedade e impõe-lhe maior responsabilidade. Se a Maçonaria é um ramo da filosofia, deve submeter-se ao mesmo rigor científico que caracteriza o método e pensamento filosófico sério: coerência lógica, consistência argumentativa, fundamentação histórica e abertura ao exame crítico. Não pode reivindicar autoridade absoluta nem transformar tradição em dogma ou criação infundamentada em realidade.

A filosofia não vive da imposição, mas da argumentação. É precisamente nesse ponto que se

impõe a necessidade de uma postura cética por parte do maçom, ao estudar os graus de seu Rito.

Convém, nesse ponto, delimitar o sentido de ceticismo aqui empregado: “o **ceticismo** enquanto **corrente filosófica** que defende a **dúvida como atitude fundamental diante do conhecimento**”.

O ceticismo não prega a ideia de não acreditar em nada, mas de sempre questionar antes de aceitar uma coisa ou ideia como verdadeira e correta. O ceticismo diz: “**antes de acreditar, é preciso duvidar**”.

Não significa negar tudo, mas **não aceitar algo como verdade sem justificativa razoável** e demonstração lógica do raciocínio do autor.

O ceticismo, nesse contexto, não é negação sistemática nem postura destrutiva. É disciplina intelectual. É a disposição de suspender o assentimento até que haja razões suficientes para concedê-lo. É a consciência de que símbolos exigem interpretação responsável e que interpretações exigem justificativa **lógica e arrazoada**.

Sem ceticismo, a tradição degenera e surge a mera repetição de argumentos vazios de lógica e de fundamentação, o que, ao contrário de valorizar a Ordem a tornam superficial e repleta de crendices e superstições.

Nesse ponto, permito-me dirigir uma indagação ao próprio leitor: ao estudar as questões e graus maçônicos, já exercitou o seu ceticismo? Já questionou a veracidade de afirmações formuladas por autores, sobretudo quando em desacordo com o seu próprio entendimento e com as conclusões a que chegou?

A estrutura simbólica maçônica é rica e complexa. Seus rituais condensam alegorias, referências históricas e construções morais que convidam à reflexão. Entretanto, a riqueza simbólica também pode tornar-se terreno fértil para arbitriedades interpretativas e criações fantasiosas

e desconexas. Então, a necessidade da dúvida e da exigência da demonstração do raciocínio.

Quando uma afirmação é aceita apenas por sua aparência de erudição ou antiguidade, abandona-se o campo filosófico e ingressa-se no terreno da especulação infundada. É precisamente aqui que o ceticismo maçônico se revela indispensável.

Adotar uma postura cética significa retornar às fontes — ao ritual, ao contexto histórico, à coerência interna do sistema — abandonar construções de autores que impressionam pela aparência erudita, mas carecem de fundamento. Isso implica rejeitar a aceitação acrítica de explicações prontas. Significa questionar narrativas consolidadas quando carecem de base documental. Significa distinguir entre tradição legítima e acréscimo imaginativo.

Se a Maçonaria pretende formar homens livres e de bons costumes, deve começar formando mentes críticas. A liberdade intelectual não é compatível com aceitação acrítica de autoridades e autores. Nenhum autor, por mais respeitado e tradicional que seja, está acima da análise racional. A autoridade que não admite exame deixa de ser filosófica e aproxima-se do dogmatismo.

E o dogmatismo é incompatível com a própria essência maçônica.

A Iniciação não é submissão; é despertar. Despertar implica consciência, e consciência exige discernimento. O ceticismo, nesse sentido, não enfraquece a filosofia simbólica da Ordem; purifica-a. Ele elimina excessos, corrige distorções e impede que o edifício filosófico seja sustentado por suposições frágeis.

Além disso, ainda que a Maçonaria não seja uma ciência no sentido técnico, ela participa do universo racional que deu origem ao método científico. O pensamento moderno ensinou que afirmações exigem prova, que hipóteses exigem

verificação e que narrativas históricas exigem documentação. Ignorar esse legado seria negar o próprio ambiente intelectual em que a Maçonaria especulativa floresceu.

Respeitar o rigor científico não significa reduzir o simbolismo à empiria. Significa aplicar critérios de consistência, lógica e evidência sempre que se tratar de afirmações históricas, doutrinárias ou interpretativas. Significa reconhecer os limites do conhecimento e distinguir claramente entre o que é fato, o que é hipótese e o que é construção alegórica aleatória.

O ceticismo maçônico também cumpre função moral. Ele combate a vaidade intelectual — a tentação de parecer sábio sem sê-lo. Obriga o estudioso a admitir dúvidas, a reconhecer lacunas e a evitar afirmações categóricas quando lhe faltam fundamentos. A dúvida honesta é sinal de maturidade, não de fraqueza. Ao final, obriga o estudioso a apresentar os fundamentos e as bases das suas conclusões, impedindo afirmações lançadas ao vento.

Em última análise, o ceticismo maçônico preserva a dignidade da própria Ordem. Uma instituição que se pretende filosófica deve estar disposta a examinar-se continuamente. Deve permitir que suas interpretações sejam debatidas. Deve aceitar que a verdade não se impõe pela hierarquia, mas se constrói pelo diálogo racional e pela fundamentação das conclusões.

Buscar a Verdade é tarefa infinita. Não se realiza por acúmulo de graus, nem por repetição de autores e de fórmulas tradicionais. Realiza-se pelo exercício constante da razão crítica, pela humildade diante do desconhecido e pela coragem de questionar o que parece estabelecido e repetido continuamente por autores famosos, apenas por parecer antigo e pomposo.

O ceticismo maçônico, portanto, não é ameaça à tradição — é sua salvaguarda. É o instrumento

que impede que o símbolo se transforme em superstição e que a filosofia se degrade em retórica vazia, repleta de referência belas, mas desconexas, como por exemplo, a ligação de graus com a cavalaria templária, deuses orientais, divindades egípcias ou participações de reis e imperadores.

Se a Maçonaria é, de fato, uma corrente filosófica, então deve assumir plenamente as exigências da filosofia: rigor, coerência e crítica permanente.

Sem isso, a busca da Verdade torna-se apenas discurso. Com isso, transforma-se em compromisso real. E é somente pelo compromisso com o rigor que a tradição se mantém viva e efetivamente se percorre o caminho da busca pela Verdade.



ACOLHER MUDA HISTÓRIAS

A Associação Tia Marly acolhe crianças retiradas de suas famílias por situações de vulnerabilidade. Aqui, meninos e meninas encontram um verdadeiro lar: acolhimento, aceitação, apoio, cuidado e esperança para construir uma nova história e um novo futuro.

COMO AJUDAR

Faça uma doação via PIX

Chave PIX (CNPJ)
09.000.046/0001-85

APONTE A CÂMERA

Sua ajuda mantém o acolhimento, a alimentação e os cuidados diários.



FALE CONOSCO • SAIBA COMO AJUDAR E NOS VISITAR
casatiamarly.org.br

Eterno Aprendiz

Romeu Costa Batista
ARLS Luz dos Essênios n.º 245 – GOP
Oriente de Valinhos/SP

Na casa onde moro
tenho duas sentinelas:
duas palmeiras gigantes
guardando o silêncio dos dias.

Não preciso de outras janelas.
Bastam-me elas,
altas e imóveis na raiz,
móveis apenas ao vento.

São colunas vivas
onde projeto iniciais secretas,
forças antigas,
mistérios que ainda não decifro,
Pois sigo sendo aprendiz.

Meu horizonte se abre ao sul.
Ao lado, o oriente amanhece
mais robusto,
mais cheio de claridade.

À frente, o verde risca a terra
com exatidão serena.
Por cima, o azul —
às vezes cinza,
quando o tempo recolhe a luz.

Sobem troncos amarronzados,
e entre folhas e alturas
repousam pingos de vermelho,
de laranja,
de amarelo,
como cachos de acácia
ofertados ao olhar.

É ali que penso.
É ali que reflito.
Ali me devolvo a mim mesmo.

Escrevo como criança
que ainda se espanta:
nada nas mãos,
nada no peito
além de uma súbita canção.

De onde vem, não sei.

Talvez dos dois mestres
que a vida me deu:
um interno, vacilante,
feito de perguntas;
outro externo, silencioso,
feito de acasos certos.

Mesmo promovido,
Serei sempre aprendiz.

Como minhas palmeiras gigantes,
tranquilas sob o vento,
se for aprendendo a balançar sem romper,
a permanecer sem endurecer,
Certamente,

Continuarei sendo feliz!



O Aprendiz de Luz

José Jurandir Pereira da Silva
ARLS Templários do III Milênio n.º 3624 - GOB – SP
Oriente de Piedade/SP

No silêncio da pedra que ainda não fala
Um risco de compasso rasga a mortalha.
A treva é espessa, mas não é vazia:
Há pulso de cinzel na alma sombria.

O aprendiz chega com o peito em ferida
Traz perguntas nuas, sem capa tecida.
Batem na porta três toques medidos
Três ecos que o mundo jamais ouviu unidos.

— Quem vem lá? — pergunta a voz de aço.
— Um profano em busca do antigo compasso.
— O que busca aqui? — indaga o guardião.
— A luz que não queima, a paz sem grilhão.

Despem-no de metais, de vaidade e de nome
Deixam-no só com o que o tempo consome.
Um coração trêmulo, uma dúvida acesa
A certeza estranha de que a vida é avessa.

Na câmara escura, sem lua nem vela
O ser se desnuda perante a sentinela.
Sob o teto do silêncio onde a verdade se mostra,
Na pedra bruta do homem a luz do saber se encosta.

O malho desperta o eco na pedra bruta
Cada golpe é prece, cada golpe é luta.
A aspereza geme, o rude se queixa
Mas o artista escuta o que o mármore deixa.

Do caos primordial, da massa disforme e fria
Nasce aos poucos a forma, o princípio de um novo dia.
Seria templo sem paredes, catedral sem teto
Onde o obreiro encontra palavras pelo silêncio discreto.

Três grandes luzes velam o labor num suave canto
O Livro da Lei, Esquadro, o Compasso, fiel acanto.
Sob o dossel da sabedoria, o justo se faz aprendiz
Traçando na pedra bruta o destino que o torna feliz.

Ali se discute o mal, sem rancor que o alimento
Ali se perdoa sem que o perdão se ausente.
A corrente de união não é de ferro ou de prata
É fio de silêncio que a alma retrata.

E quando a sessão finda, o malho se aquieta;
O aprendiz parte com a lição que o assombra e inquieta.
Não ganhou poder, nem ouro, nem fama
Ganhou apenas a chama que nunca se inflama.

Pois a verdadeira luz não se recebe pronta
Ela nasce lenta, na pedra que afronta.
É suor, é dúvida, é paciência infinita
É o homem que constrói a si próprio na escrita.

Assim caminha a Maçonaria, discreta e serena
Nem seita, nem clube, nem igreja pequena.
É escola de símbolos, oficina de labor e suor
Laboratório vivo do que pode ser melhor.

Que o compasso se abra, que o esquadro se feche
Que o malho repouse, que o fogo se aquece.
Na oficina do tempo, o cinzel não descansa,
Pois cada golpe é um passo em prol da esperança.



Futuro do Pretérito

Geraldo Marcelo Lemos Gonçalves
ARLS Estrela Maior de Turmalina n.º 243 – GOMG
Oriente de Turmalina/MG

No silêncio das eras ergue-se a tradição,
Feita de ritos, memória e reflexão;
Ideias que nasceram para dar direção,
Resguardam na história sua antiga missão.

Quando o caos permeava o nascente caminho,
A norma surgiu como luz no pergaminho;
Entre cinzel e graus buscou-se um destino:
Transformar dispersão em trabalho divino.

Mas o tempo, arquiteto de tramas humanas,
Molda leis, estruturas e verdades arcanas;
O que outrora unia em sólidas colunas,
Ergue agora fronteiras em sombras profanas.

Mas sob o compasso da fraternidade,
Reúnem-se os homens em busca de verdade;
Não por editos ou fria autoridade,
Mas pelo laço invisível da humanidade.

E quando o futuro tocar o pretérito esquecido,
Revelará no passado um único sentido:
Que além dos sistemas e do tempo vivido,
O templo maior sempre foi o homem erguido.



ACADEMIA CAMPINENSE MAÇÔNICA DE LETRAS

Cadeira nº 1 - Eduardo Ribeiro de Oliveira

Patrono: Manoel Ferraz de Campos Salles

Cadeira nº 2 - Antônio Tristão Moço Filho

Patrono: Antônio Carlos Gomes

Cadeira nº 3 - Emerson Sidival Cardozo Jr.

Patrono: Francisco de Paula Ramos de Azevedo

Cadeira nº 4 - Manoel Lourenço Seragioli

Patrono: Manoel José da Fonseca

Cadeira nº 5 - José Augusto Adami Camanhani

Patrono: Joaquim José Vieira de Carvalho

Cadeira nº 6 - Aléssio Biondo Júnior

Patrono: Júlio César Ferreira de Mesquita

Cadeira nº 7 - José Maria Franco Bueno

Patrono: Francisco Quirino dos Santos

Cadeira nº 8 - Valdir José de Oliveira Filho

Patrono: Tomas Augusto de Melo Alves

Cadeira nº 9 - Antônio A. Pires de O. Filho

Patrono: Francisco Glicério Cerqueira Leite

Cadeira nº 10 - Plínio Escher Junior

Patrono: José Castellani

Cadeira nº 11 - Ivan de Paula Rigoletto

Patrono: Joaquim Quirino dos Santos

Cadeira nº 12 - Francis Magno Flosi

Patrono: Antônio Pompeu de Camargo

Cadeira nº 13 - Paulo José Pereira Curado

Patrono: Quintino Bocaiúva

Cadeira nº 14 - José Pellegrino Neto

Patrono: Bento Quirino Simões dos Santos

Cadeira nº 15 - Antônio Pedro Rodrigues

Patrono: Manoel de Seixas Queiroz

Cadeira nº 16 - Agnaldo Olegário de Araújo

Patrono: Bernardino José de Campos Júnior

Cadeira nº 17 - Paulo Roberto Valente

Patrono: Antônio Carlos Moraes Salles

Cadeira nº 18 - Getúlio Canuto Vieira

Patrono: Orosimbo Maia

Cadeira nº 19 - Cassio Modenesi Barbosa

Patrono: Ruy Barbosa de Oliveira

Cadeira nº 20 - José Maurício da Silva Teixeira

Patrono: Joaquim Egídio de Souza Aranha

Cadeira nº 21 - Antônio Alberto Pereira

Patrono: Américo Brasiliense de Almeida e Melo

Cadeira nº 22 - Elson Luís de Oliveira Streb

Patrono: Benjamin Constant Botelho de Magalhães

Cadeira nº 23 - João Alexandre Paschoalin Filho

Patrono: Antônio Frederico de Castro Alves

Cadeira nº 24 - Cícero Barbosa dos Santos

Patrono: Bento da Silva Lisboa - Barão de Cairu

Cadeira nº 25 - Frederico Gonçalves Costa

Patrono: Hipólito J. da C. Pereira de Mendonça

Cadeira nº 26 - José Ferracini

Patrono: Joaquim Gonçalves Ledo

Cadeira nº 27 - Marco Antônio Fiori Scarparo

Patrono: José do Patrocínio

Cadeira nº 28 - Francisco Lientur M. Muñoz

Patrono: Joaquim Saldanha Marinho

Cadeira nº 29 - Wagner Luiz Lataro

Patrono: Visconde do Rio Branco

Cadeira nº 30 - André Vieira Filho (*In Memoriam*)

Patrono: Duque de Caxias

Cadeira nº 31 - Marcelo Chaim Chohfi

Patrono: José Bonifácio de Andrada e Silva

Cadeira nº 32 - Eduardo A. Alcântara Silva

Patrono: Nilo Procópio Peçanha

Cadeira nº 33 - José Pires da Cunha

Patrono: Francisco Gê Acayaba de Montezuma

Cadeira nº 34 - Antônio de Assis Aldrovani

Patrono: Charles Benjamin Mac Fadden

Cadeira nº 35 - Cesarino Carvalho Júnior

Patrono: Francisco de Paula Brito

Cadeira nº 36 - Rubens Pantano Filho

Patrono: Erwin Seignemartin

Cadeira nº 37 - Eduardo Sorgi

Patrono: Wolfgang Amadeus Mozart

Cadeira nº 38 - Rogério Batista Gabbellini

Patrono: Antônio Pires Barbosa

Cadeira nº 39 - Rodrigo Pires da Cunha Boldrini

Patrono: Francisco Rangel Pestana

Cadeira nº 40 - Carlos Olímpio Pires da Cunha

Patrono: Prudente José de Moraes Barros

NITROL

SANIVEG®

SANITIZANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS - USO ESPECÍFICO

SEGURO E EFICAZ
AÇÃO EM 90 SEGUNDOS
SEM ENXÁGUE

COM AÇÃO **FUNGICIDA E BACTERICIDA** PARA
FRUTAS, VERDURAS, LEGUMES E OVOS

**MAIS
SEGURANÇA
PARA O QUE
REALMENTE
IMPORTA.**

Alimentos mais seguros
e qualidade em todas
as etapas da sua cadeia.



REDUZ ATÉ 99,9%
DOS MICRORGANISMOS
PATOGENICOS



FORMULADO COM
SUBSTÂNCIAS NATURAIS
E DE BAIXA TOXICIDADE



NÃO DEIXA
RESÍDUOS NOCIVOS
AO MEIO AMBIENTE



PRESERVA A
QUALIDADE E A VIDA
ÚTIL DOS ALIMENTOS

ÁREA DE ATUAÇÃO



PROCESSADORES



AGROINDÚSTRIA



RESTAURANTES



EXPOSIÇÃO



PRODUTORES



COZINHA INDUSTRIAL



BARES E LANCHONETES



IDEAL PARA
FRUTAS, VERDURAS,
LEGUMES E OVOS.



EFICIÊNCIA E
CONFIANÇA PARA
ALIMENTOS MAIS SEGUROS
EM TODA A SUA CADEIA.



revista

o pensador

OUTUBRO 2026



FoxTablet

A sua editora de publicações
impressas e digitais!

Livros • Revistas • Jornais • eBooks • eMagazines

www.foxtablet.com.br | contato@foxtablet.com.br | (11) 9.8689-1789